

**HIDEKI HAMADA
JOSÉ CLÁUDIO DA COSTA**

**ANISTIA FISCAL DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E
SERVIÇOS: BENEFÍCIO OU PREJUÍZO AO ESTADO DO PARANÁ?**

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade, do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para obtenção do título de
Especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Blênio César Severo Peixe

**LONDRINA
2003**

RESUMO

HAMADA, H e COSTA, J.C. ANISTIA FISCAL DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS: BENEFÍCIO OU PREJUÍZO AO ESTADO DO PARANÁ? O objetivo do estudo da anistia fiscal do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, busca analisar a viabilidade da implantação da anistia fiscal implantada pelo Governo com certa frequência, tendo como foco de estudo se o Estado é beneficiado ou prejudicado com anistia fiscal. A metodologia aplicada através das pesquisas bibliográficas e documentais, levantamento das leis, dos históricos da arrecadação do Estado do Paraná e da 6ª Delegacia Regional da Receita de Jacarezinho - Paraná, nos períodos de 1998 a 2002, comparativos das vantagens e desvantagens da implementação das anistias. Abordam-se as diferenças entre remissão e anistia, as legislações a serem seguidas até a sua implementação. O presente estudo chegou a consideração de que pode ser benefício para o Estado a anistia fiscal, pois passa a recuperar um grande montante em dinheiro em um curto espaço de tempo, fato este que talvez demora-se muitos anos para receber ou nem receberia. Pôr outro lado, quem sempre se beneficia com as anistias fiscais são os maus pagadores, aqueles que intencionalmente deixam de pagar seus tributos, já na expectativa de que em pouco tempo os governantes o beneficiarão com a dispensa do pagamento de parte de sua dívida tributária, deixando em prejuízo os contribuintes idôneos que procuram sempre pagar seus tributos nos prazos estipulados pela Lei. Também deve-se levar em consideração o fato de que muitos dos contribuintes, devido as altas cargas tributárias impostas pelo Governo, acaba tendo dificuldades em quitar seus débitos, e que com o benefício da anistia fiscal tem uma chance de poder colocar em dia seus débitos.

Palavras Chaves: Anistia, ICMS, Obrigação Tributária, Fato Gerador, Renúncia, Prejuízo, Benefício, Remissão, Exclusão Crédito Tributário, Arrecadação.

E-mail : hahideki@pr.gov.br
jccosta@pr.gov.br

ÍNDICE

	RESUMO	III
1.	INTRODUÇÃO	01
2.	METODOLOGIA	05
3.	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	06
3.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	06
3.2.	CONCEITOS	10
3.2.1.	Anistia.....	10
3.2.2.	Anistia no Sentido Jurídico.....	10
3.2.3.	Origens das Anistias.....	11
3.2.4.	Anistia, Indulto e Graça.....	11
3.2.5.	Dos Impactos das Anistias.....	18
3.3.	DEFINIÇÕES	18
3.3.1.	Remissão e Remição.....	18
3.3.2.	Remissão.....	19
3.3.3.	Perdão.....	21
3.3.4.	Antijuridicidade.....	21
3.3.5.	Benefício.....	21
3.3.6.	Prejuízo.....	22
3.4.	DOS OBJETIVOS DO ESTADO	24
3.5.	DIREITO TRIBUTÁRIO	25
3.5.1.	Tributo.....	25
3.5.2.	Obrigação Tributária.....	29
3.5.3.	Fato Gerador.....	30

3.5.4.	Tributos e Suas Espécies.....	35
3.5.5.	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	41
3.5.6.	Código Tributário Nacional.....	41
3.6.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	43
3.7.	A LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000.....	44
3.7.1.	Seção II; da Renúncia de Receita.....	45
3.8.	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO PARANÁ.....	46
3.8.1.	Decreto 2473 de 25/08/2000.....	46
3.8.2.	Decreto 6302 de 18/09/2002.....	47
3.8.3.	Decreto 6303 de 18/09/2002.....	48
3.9.	DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO.....	49
3.9.1.	Arrecadação do Estado do Paraná.....	49
3.9.2.	Arrecadação da 6ª Delegacia Regional da Receita.....	50
3.9.3.	Gráficos de Arrecadação.....	51
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	63
6.	ANEXOS.....	66
	ANEXO – I - Decreto n.º 2.473 – DOE	67
	ANEXO - II – Lei Complementar 101/2000	73
	ANEXO III – Decreto n.º 6.301/2002.....	76
	ANEXO IV – Decreto n.º 6.302/2002.....	78
	ANEXO V – Decreto n.º 6.303/2002.....	84
	ANEXO VI – Resolução SEFA n.º 102/2002.....	90
	ANEXO VII – Resolução SEFA n.º 103/2002.....	94

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre a política da anistia fiscal do ICMS, no Estado do Paraná, visa analisar os efeitos desta em relação à insatisfação dos contribuintes que cumprem suas obrigações fiscais em dia perante aqueles que são beneficiados pela inadimplência.

A Anistia é o perdão da infração e das penalidades correspondentes. Exclui o crédito tributário, consoante a norma do art. 175 do CTN, e somente pode ser concedida por Lei tributária específica. A Anistia pode ser absoluta e concedida incondicionalmente. No Direito Moderno, vencidas as antigas práticas protecionistas, a Anistia é vista não como um favorecimento individual, mas como uma forma de beneficiar a pessoa humana e toda a sociedade. É concedida no interesse soberano da própria sociedade.

A Anistia não apaga a infração, mas somente o direito de punir, provocando a criação de uma nova ficção legal.

É caso de exclusão do crédito (gerado pela infração), porque abrange somente as infrações cometidas antes da vigência da lei que a concede. Como acontece na anistia política (onde há o cancelamento das penalidades ou a revisão das penas correspondentes à infração anistiada), na anistia fiscal ocorre o cancelamento da multa, via de regra sob a condição do pagamento do tributo. O crédito não se extingue, o que se exclui é somente a multa, gerada pelo não cumprimento da norma de tributação em sua integralidade; portanto, desaparece o direito de punir.

A anistia não pode ser parcial, posto que abrange as infrações (e não somente as penalidades), consoante dispõe o art. 180 do CTN, *In verbis*: "Art. 180. A anistia

abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede...”

No entanto, a Anistia pode se referir a um tributo e não a outro, pode se referir a uma infração e não a todas, pode circunscrever-se a determinada região do território nacional, pode ser concedida sob condição do pagamento do tributo, pode se referir a penalidades decorrentes de infrações até certo montante (art. 181, CTN), mas jamais poderá atingir apenas “uma parte” da infração. A doutrina não é unânime, nem pacífica quanto a este ponto. Os doutrinadores que admitem a Anistia parcial a entendem como anistia da penalidade, e uma vez suprimida esta, não subsistiria a infração correspondente.

No Direito Penal a anistia corresponde ao perdão do delito, enquanto que o indulto ao perdão da pena cominada para o crime. No âmbito tributário, a anistia incide no fato jurídico tributário que caracterizou a infração, tirando-lhe a mancha da antijuridicidade, desconstituindo-o ou apagando-o pelo esquecimento expresso. Por este motivo, entende-se a Anistia como o perdão do fato que traduz uma infração à legislação tributária, sendo o perdão da penalidade uma consequência prática daquele. Sempre que a legislação conceder perdão parcial da penalidade estará tratando de remissão (perdão parcial do crédito tributário), e não de Anistia.

As normas jurídicas que concedem anistia são extintivas da relação jurídica sancionatória, deixando intacta a relação jurídica tributária, remanescendo o crédito tributário e seu correspondente débito. Somente as infrações à legislação tributária são atingidas pela anistia, posto que a norma do art. 180 do CTN afasta sua incidência nos chamados crimes fiscais, nas infrações tipificadas pela lei penal, “*In verbis*”:

“Art. 180. A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.”

Da leitura do inciso II acima transcrito, percebe-se que sempre estarão excluídos os crimes fiscais, contudo é possível que a lei instituidora da Anistia “possa incluir as infrações meramente tributárias praticadas com dolo, fraude ou simulação, entre elas o conluio”. Isto porque conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas, visando aos efeitos da fraude ou da sonegação, e poderá ser alcançado pela Anistia somente quando o fato não restar tipificado como crime pelo Direito Penal (mesmo que seja considerado infração à legislação tributária). Em sendo absoluta e incondicionada a Anistia, não depende de requerimento da parte nem de procedimento administrativo para sua concessão, que é automática e providenciada no âmbito da Administração, em cumprimento da Lei.

Em sendo condicionada ou limitada a Anistia (art. 182, CTN), efetivar-se-á por ato da autoridade administrativa, a requerimento do interessado, desde que preenchidos todos os requisitos exigidos. O ato de concessão da Anistia não gera direito adquirido, podendo ser revisto ou cassado, desde que se comprove o não preenchimento dos requisitos legais exigidos (art. 182, parágrafo, Único).

O presente estudo tem como objetivo verificar se com a implementação da anistia fiscal, o Estado do Paraná ganhou ou perdeu arrecadação do ICMS. Dessa

forma, pretende-se analisar a viabilidade do recolhimento do ICMS através da anistia fiscal, a qual representa uma oportunidade para que os contribuintes coloquem em dia sua situação junto ao Fisco, podendo obter descontos progressivos à quantidade de parcelas.

Para efeito regional, será medido o impacto da arrecadação do ICMS no orçamento do Estado do Paraná com o benefício da anistia fiscal no âmbito da 6ª Delegacia Regional da Receita de Jacarezinho. Com isso, os efeitos dessa anistia poderão ser analisados em nível estadual e servirão de argumentos para uma possível análise da arrecadação, proporcionando argumentos aos administradores públicos para justificar os efeitos da anistia junto à sociedade e perante aos contribuintes que recolhem seus tributos em dia. Além disso, analisar e pesquisar a arrecadação da 6ª Delegacia Regional da Receita e verificar uma possível sustentação de anistia na região.

2. METODOLOGIA

Para realização do projeto serão realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, baseadas em fontes primárias como valores de arrecadação do Estado do Paraná no período de 1998 a 2002. Para tanto, serão desenvolvidos os seguintes passos:

- 1) Levantamento das leis do ICMS (evolução histórica) junto à Secretaria da Receita Estadual;
- 2) Levantamento do histórico da arrecadação do Estado do Paraná, através dos dados fornecidos pela Secretaria da Receita Estadual, de 1998 a 2002;
- 3) Levantamento do histórico da arrecadação no âmbito da 6ª Delegacia Regional da Receita Estadual – DRR, de 1998 a 2002;
- 4) Análise dos levantamentos realizados traçando um comparativo entre o estado do Paraná e a 6ª DRR;
- 5) Análise das vantagens e desvantagens da implementação da anistia fiscal;
- 6) Comentários das informações obtidas através da análise comparativa e apresentação de proposições de melhoria do instrumento de arrecadação de tributos (ICMS), respondendo a questão de que o Estado tem prejuízo ou benefícios com o sistema de anistia fiscal.

A pesquisa será desenvolvida com base nas Constituições Federal e Estadual, Código Tributário Nacional, Decretos, Leis Complementares, Convênios, Banco de Dados da Receita Estadual, Publicações em jornais e revistas e Internet.

3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

O presente trabalho visa a analisar os efeitos da concessão das anistias fiscais do ICMS aplicadas no Estado do Paraná, sua participação na arrecadação estadual e as vantagens e desvantagens da implementação das mesmas, quem são os beneficiados pela anistia e como se comportam os contribuintes idôneos que normalmente quitam seus tributos no prazo estipulado em Lei. Quais os benefícios concedidos, diferença entre anistia e remissão, conceitos, definições objetivos do Estado e comentários referentes a anistia fiscal.

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A concessão indiscriminada de anistias fiscais aparenta desconhecimento de ser esta uma política fiscal de efeitos muito negativos, desestimulando, e não incentivando, o pagamento de tributos. Tal situação deve-se ao fato de que as anistias fiscais, por se caracterizarem como um prêmio para quem não efetuou seus recolhimentos em dia, não trazem recursos adicionais ao caixa do governo, ao contrário do que a primeira vista pode-se imaginar. Devido ao hábito de conceder-se anistias fiscais. Induz-se o contribuinte a não efetuar seus recolhimentos pontualmente e, por conseguinte, pode-se afirmar que uma anistia fiscal nada mais faz do que trazer, ao caixa do governo, recursos que já teriam sido a este recolhido, caso não fossem as anistias fiscais concedidas tão freqüentemente e sem nenhum critério.

O instituto da anistia fiscal, que tem origem no Direito Penal, implica em esquecimento da infração cometida e, somente por consequência, em dispensa da penalidade aplicada. O próprio CTN (Código Nacional Tributário), ao definir o

instituto da anistia no âmbito do Direito Tributário, estabeleceu que esta se aplica exclusivamente à infrações.

Importante distinguir-se o instituto da anistia fiscal do instituto da remissão, aquela uma forma de exclusão de créditos tributários, esta uma forma de extinção de créditos tributários, aquela direcionada tão somente a infrações e, conseqüentemente, a penalidades, esta aplicável ao crédito tributário como um todo.

Quando é promulgada determinada norma dispensando o pagamento de créditos tributários de até determinado valor, como tem-se neste caso um “perdão fiscal” abrangendo outros componentes do crédito tributário, além da multa fiscal, tem-se uma extinção de crédito tributário sob a modalidade de remissão, nunca uma anistia.

Em relação à dispensa de juros de mora verifica-se similar situação. Os juros de mora não possuem natureza punitiva, mas simplesmente remuneratória, visto que seu objetivo é outorgar ao credor uma remuneração justa pelo capital do qual se viu privado em virtude de inadimplência. Portanto, não possuindo natureza punitiva, impossível que sejam dispensados por meio de anistia fiscal. Por conseguinte, quando concedia dispensa do pagamento de juros de mora, tem-se também extinção de crédito tributário sob a modalidade de remissão.

Anistias fiscais, por serem direcionadas a infrações, somente podem implicar em dispensa do pagamento de “multas fiscais” e de nenhum outro componente do crédito tributário. Todavia, mesmo quando desta forma concedidas, habitualmente se verifica outra impropriedade legal na concessão de anistias fiscais.

O instituto da anistia fiscal, como já mencionado, implica em esquecimento da infração cometida e, somente por derivação, em dispensa da penalidade aplicada.

Em sua essência, a anistia fiscal implica em desconstituição da antijuridicidade da própria infração, revestindo-se de características de perdão quanto a infração sendo a penalidade atingida somente por consequência.

A remissão pode ser concedida de forma parcial, todavia, o mesmo não ocorre em relação à anistia, isto porque não existe esquecimento parcial da infração, nem tampouco desconstituição parcial da antijuridicidade do delito, o que permite facilmente concluir-se que não comporta, o instituto da anistia, concessão parcial. Determinado fato pode ser ou anistiado, mas nunca anistiado em parte.

Já tem se tornado comum que, de tempos em tempos, o Estado do Paraná promove anistias ou remissões de seus créditos tributários, em especial, dos relativos ao ICMS – imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

A concessão de tais benefícios fiscais pode parecer injusta para com aqueles contribuintes que pagaram suas obrigações tributárias em dia. Mas, não se deve examinar a questão por esse lado. É verdade que, todo e qualquer benefício concedido, seja de que natureza for, sempre vai trazer uma certa carga de injustiça. Mas, deve-se ter em mente que o objetivo maior do Estado do Paraná, quer seja do Poder Legislativo, quer seja do Executivo, parece ser o de permitir a regularização dos débitos tributários por aqueles contribuintes que não puderam fazê-lo no devido tempo, por falta de disponibilidade de caixa para tanto. Ou seja, deixaram de pagar o imposto por absoluta falta de recursos. Observe-se bem que não se trata de incentivar ou premiar a sonegação. O sonegador de verdade, mesmo com a anistia não vai regularizar seu débito tributário.

Além do mais, programas que incentivam pagamento, com a anistia, geram a entrada de mais recursos nos cofres públicos, aumentado-se, pois, a arrecadação.

A remissão, conforme art. 172 do código tributário nacional, é uma forma de extinção do crédito tributário por motivos considerados relevantes pelo legislador e supervenientes ao nascimento da obrigação tributária, podendo ser, também, posterior ao lançamento do crédito tributário.

Na remissão ocorre o fato gerador e nasce a obrigação tributária deixando o sujeito passivo de cumprir a sua obrigação de pagar o tributo. Assim, a regra-matriz tributária produz todas as suas conseqüências jurídicas sem qualquer interferência de uma norma jurídica acessória ou complementar para modificá-las.

Descumprida a norma tributária principal, uma norma jurídica derogatória vai prever determinada situação de fato que propiciará o cancelamento ou perdão ou remissão da obrigação ou do crédito tributário.

A anistia, por sua vez, nos termos do art. 180 do CTN (Código Tributário Nacional), exclui a exigibilidade do crédito correspondente à penalidade aplicada por infrações, excluídas àquelas que se constituem crimes ou contravenções.

No direito tributário, a palavra anistia continua sendo empregada na sua terminologia jurídico-penal, para casos de infração tributária. A anistia eqüivale ao perdão, ao esquecimento da infração punível, deixando o anistiado de receber a penalidade.

Circunstâncias excepcionais, de interesse social ou político, permitem a concessão da anistia, fazendo-se com que as infrações tributárias desapareçam juridicamente.

Remitindo, o Estado dispensa o pagamento do crédito relativo ao tributo e, pela anistia, dá-se o perdão correspondente ao ato ilícito ou à penalidade pecuniária. As duas realidades são parecidas, mas estão subordinadas a regimes jurídicos bem distintos. A remissão se processa no contexto de um vínculo de índole obrigacional tributária, enquanto a anistia diz respeito a liame de natureza sancionatória, podendo desconstituir a antijuricidade da própria infração.

A anistia fiscal é o perdão de falta cometida pelo infrator de deveres tributários e também quer dizer o perdão da penalidade a ele imposta por ter infringido mandamento legal.

Das lições carreadas se depreende que a remissão atinge apenas o tributo devido, enquanto, a anistia atinge as penalidades.

3.2. CONCEITOS

Passa-se a definir nestes tópicos os conceitos de anistia, anistia no sentido jurídico, origem das anistias, indulto, graça, impacto das anistias;

3.2.1. Anistia

Segundo FERREIRA, (1999, p. 144)

Substantivo feminino; 1. Perdão geral; 2. Jur. – Ato pelo qual o poder público declara imponíveis, por motivo de utilidade social, todos quantos, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornando nulas e de nenhum efeito as condenações.

3.2.2. Anistia no sentido jurídico

Segundo SANTOS (2001, p. 35)

"Anistia equivale ao perdão, ao esquecimento da infração punível, deixando o anistiado de receber a penalidade".

Segundo MACHADO (1996), citado pôr CARRAZZA (1998 p. 507) leciona que:

Anistia é a exclusão do crédito tributário relativo a penalidades pecuniárias. O cometimento de infração à legislação tributária enseja a aplicação de penalidades pecuniárias, multas, e estas ensejam a constituição do crédito tributário correspondente. Pela anistia, o legislador extingue a punibilidade do sujeito passivo, infrator da legislação tributária, impedindo a constituição do crédito. Se já está o crédito constituído, o legislador poderá dispensá-lo pela remissão, mas não pela anistia. Esta diz respeito exclusivamente a penalidade e a de ser concedida antes da constituição do crédito. (CARRAZZA, 1998, p. 507)

3.2.3. Origem das Anistias

Conforme Enciclopédia Britânica do Brasil

Na antigüidade a isenção, expressão tomada como gênero, baseava-se, principalmente, na diferenciação das classes sociais, sendo concedida indiscriminadamente como graça ou favor aos amigos e protegidos do soberano. O privilégio tributário era decorrente do domínio político inicialmente, para em seguida, manifestar-se em favor dos povos invasores e conquistadores em relação ao conquistados, como também, em favor das classes tidas como superiores diante dos menos privilegiados desprovidos de direitos civis e políticos. Todavia, com o passar dos tempos, não mais havendo razão para a distinção de classes, os privilégios fiscais foram sofrendo radical transformação, dando lugar à fundamentação jurídica com base nos supremos interesses sociais. Hoje em dia, a concessão de benefícios fiscais como a isenção, a anistia e a remissão, já não pode ignorar certos princípios constitucionais, como o da igualdade de todos perante a lei; sendo admitida apenas em circunstâncias excepcionais plenamente justificadas em razão de interesse maior que o da tributação. Naquela época, não havia a menor diferenciação legal ou conceitual em torno da isenção, anistia ou remissão. O uso generalizado e compreendido no termo "isenção", ao contrário do que na atualidade ocorre, onde nítidos contornos legais e conceituais que nos apresentam, diferenciam entre si tais figuras jurídicas.

A primeira anistia fiscal conhecida deu-se em 582, na França, quando o Rei Chilperico I, da dinastia dos Merovíngios, ao festejar o nascimento de seu filho Teodorico, além de determinar a libertação de presos, perdoou todas as multas de natureza fiscal.

A anistia é o perdão da infração e das penalidades correspondentes. Exclui o crédito tributário, e somente pode ser concedida por Lei tributária específica. A anistia pode ser absoluta e concedida incondicionalmente. No Direito Moderno, vencidas as antigas práticas protecionistas, a Anistia é vista não como um favorecimento individual, mas como uma forma de beneficiar a pessoa humana e toda a sociedade. É concedida no interesse soberano da própria sociedade. (BARSA, 2000 CD-R)

3.2.4. Anistia, Indulto e Graça

a) Anistia

Segundo SANTOS (2001, p. 35)

"Ato pelo qual o poder público declara impuníveis, pôr motivo de utilidade social, todos quantos, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral políticos, seja fazendo cessar as diligências persecutórias, seja tornado nulas e de nenhum efeito as condenações perdão geral. Não confundir com o perdão ou indulto, que se inspiram no valor subjetivo do condenado, com o indivíduo".

Conforme Enciclopédia Britânica do Brasil,

O direito reconhece formas de clemência destinadas a atender a razões de ordem pública, corrigir os excessos de uma legislação demasiado rígida ou estabelecer um regime de paz social. A anistia, o indulto e a graça são as figuras jurídicas que anulam o poder de punição do estado sobre certos crimes.

A anistia é um ato soberano de perdão que implica a extinção do crime, com proibição de que os atos anistiados venham a ser objeto de novo processo. É dirigida sobretudo a crimes políticos ou crimes comuns relacionados a fatos políticos. A anistia elimina não só a punição ditada contra o ato, mas sua própria existência como crime. As obrigações de natureza civil decorrentes do crime perdoado, no entanto, permanecem: o dano causado a eventuais vítimas deve ser indenizado pelo autor. A anistia é irrenunciável: seu beneficiário não pode rejeitá-la. No direito brasileiro essa medida, quando relacionada a crimes políticos, emana do poder legislativo por iniciativa do presidente da república. Detém a ação da justiça em qualquer de suas etapas, não sendo necessária a existência de condenação. Em geral é inspirada por interesse político e tem ação extensa e profunda que dispensa a discriminação individual. Dela se beneficiam todos os que tenham participado dos eventos anistiados. (BARSA, 2000 CD-R)

b) Indulto

Segundo SANTOS,

Termo designado, em direito, como ato de clemência do poder executivo de caráter geral e impessoal, concedendo diminuição ou comutação da punibilidade de um determinado grupo de condenados por crimes comuns e contravenções, sem referencias expressa a cada beneficiado pela medida e sem que cessem todos os efeitos da condenação.

A extinção da punibilidade de crime pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro, não se estende a este. Exemplos: a extinção da punibilidade do crime contra o patrimônio não alcança a receptação que o tinha como pressuposto, no crime de dano qualificado pela lesão corporal, e eventual prescrição desta não retira a qualificação do dano. (SANTOS, 2001 p. 122)

Conforme Enciclopédia Britânica do Brasil,

O indulto, diferentemente da anistia, não faz desaparecer o crime mas suspende a execução da pena. É medida de caráter administrativo e não político, de aplicação pessoal, com menção obrigatória do nome dos favorecidos quando o ato que o determina é coletivo. Concedido pelo presidente da república, independe de solicitação do interessado. Pelo fato de isentar de pena crimes comuns, certa corrente do pensamento jurídico vê no indulto um agente perturbador da distribuição normal e eqüitativa da justiça. (BARSA, 2000 CD-R)

c) Graça

Segundo SANTOS (2001, p. 107)

"Termo designado, em direito, como clemência concedida pelo poder público (no Brasil, pelo Executivo), favorecendo pessoalmente um condenado que tenha cometido crime comum, ou contravenção, perdoando-lhe em sentido amplo e extinguindo-lhe a penalização, comutando-a ou reduzindo-a".

Conforme Enciclopédia Britânica do Brasil ,

A graça, em sentido restrito, tem caráter individual e isenta de pena aquele que foi alcançado por ela. Como o indulto, suspende a execução da pena sem extinguir o crime e só ocorre em presença de sentença condenatória. É concedida pelo presidente da república por solicitação do réu.

A história recente do Brasil registra a concessão de anistia, em 1979, aos adversários do regime militar de 1964. O perdão oficial, que os movimentos a favor da legalidade institucional pretendiam amplo, geral e irrestrito, excluiu os réus denunciados por crimes de sangue, mas na prática estendeu-se a todos os presos, exilados e banidos. A constituição de 1988 anistiou os servidores civis e militares e dirigentes sindicais atingidos em seu exercício profissional por atos de exceção ditados desde 1946. Também aos cidadãos que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos foi facultada a possibilidade de requerer o reconhecimento das atribuições interrompidas pelos atos punitivos. (BARSA, 2000, CD-R)

3.2.5. Dos impactos das anistias

A anistia não apaga a infração, mas somente o direito de punir, provocando a criação de uma nova ficção legal.

Com base nisto, constata-se que este fato é uma via de duas mãos. De um lado as empresas beneficiadas com a anistia e de outro as empresas que contribuem religiosamente com suas obrigações.

As empresas que se beneficiam das anistias muitas vezes se encontram em dificuldades financeiras, a beira da falência ou em liquidação, em falência decretada ou por uso da má fé na tentativa de burlar a lei e sonegar o imposto.

As empresas que são pontuais com suas obrigações, sentem-se tratadas com diferenciação, pois devido as circunstâncias em que a economia nacional se encontra, recolhem os impostos com muita dificuldade, e , já começam a se questionar se realmente vale a pena serem honestos e pontuais com suas obrigações.

No entanto, o Estado, buscando reforço de caixa ao Governo e facilitando a vida destas empresas para que as mesmas possam retomar suas atividades, e conseqüentemente gerar mais empregos e assim futuramente gerar mais impostos.

Na teoria do Governo Estadual até que parece ser uma atitude coerente e louvável, o Estado recupera numerário, recupera as empresas, empregos, possíveis impostos futuros, mas na prática isto tem objetivo político, buscando melhorar sua imagem perante aos devedores e ao povo em geral.

Não se sabe ao certo se esta política de anistia traz resultados positivos ou negativos a economia, posto que, é difícil medir com precisão o reflexo na arrecadação, já que estes valores não possuem um código de receita específico para os recolhimentos com benefício da anistia. Não é possível medir quantos desses contribuintes vão tornar-se inadimplentes, aguardando os mesmos benefícios dos maus pagadores ou pagando o que deve somente com a implementação de uma futura anistia, deixando o Estado de receber os impostos nos vencimentos próprios.

Segundo MORAES,

No direito tributário, a palavra anistia continua sendo empregada na sua terminologia jurídico-penal, para casos de infração tributária. A anistia equivale ao perdão, ao esquecimento da infração punível, deixando o anistiado de receber a penalidade. O Poder Público, no caso, vem "passar l'éponge" na penalidade, conforme assinala Louis Trotabas (LXII, p. 322). Circunstâncias excepcionais, de interesse social ou político, permitem a concessão da anistia, fazendo-se com que as infrações tributárias desapareçam juridicamente. (MORAES, 1997, p. 590).

Observa-se então, com esta definição, que a anistia nada mais é do que eliminar, esquecer ou perdoar as penalidades, que de direito do Estado é de aplicá-las em virtude da sonegação e não reemitir as sanções aplicáveis devido ao fato de não pagamento do imposto devido.

A definição de Anistia é muito clara, ao contrário do que observa-se nas leis, pois o que há na realidade nestas leis além anistia existe a remissão, o que é diferente de apenas Anistia. Anistiar é perdoar o pecado cometido e reemitir é aliviar ou perdoar as responsabilidades e conseqüências oriundas do pecado, com isto existe a possibilidade de ser perdoado e ser livre das sanções econômicas a ele impetradas.

Paralelo a este raciocínio LEMOS define,

Anistia fiscal é o perdão de falta cometida pelo infrator de deveres tributários e também quer dizer o perdão da penalidade a ele imposta por ter infringido mandamento legal. Tem, como se vê, duas acepções: a de perdão pelo ilícito e a de perdão da multa. As duas proporções semânticas do vocabulário anistia oferecem matéria de relevo para o Direito Penal, razão porque os penalistas designam anistia o perdão do delito e o indulto o perdão da pena cominada para o crime. Voltando-se para apagar o ilícito tributário ou a penalidade infligida ao autor da ilicitude, o instituto da anistia traz em si indiscutível caráter retroativo, pois alcança fatos que se compuseram antes do termo inicial da lei que a introduz no ordenamento. Apresenta grande similitude com a remissão, mas com ela não se confunde. Ao remir, o legislador tributário perdoa o débito tributário, abrindo mão do seu direito subjetivo de percebê-lo; ao anistiar, todavia, a desculpa recai sobre o ato da infração ou sobre a penalidade que lhe foi aplicada. Ambas retroagem, operando em relação jurídica já constituídas, porém de índole diversa: a remissão, em vínculo obrigacional de natureza estritamente tributária; a anistia, igualmente em, lames de obrigação, mas de cunho sancionatório. (LEMOS, 1994, p. 337)

Segundo BALEEIRO,

Anistia Fiscal - aqui o Código Tributário Nacional tomou de empréstimo o milenar instituto político de clemência, esquecimento e concórdia, de que se serviu o Brasil com êxito para pôr termo a lutas fratricidas, que a repressão sangrenta não conseguiu intimidar em várias vicissitudes históricas desde a independência até depois da República. A anistia política da Constituição pode estender-se aos crimes e é da competência exclusiva do legislador federal. A anistia fiscal tem sentido sobretudo para os Estados e Municípios, cujos legisladores estão adstritos à observância das restrições do Código Tributário Nacional, como lei complementar de normas gerais de Direito Financeiro. A anistia não se confunde com a remissão. Esta pode dispensar o tributo, ao passo que a anistia fiscal é limitada à exclusão das infrações cometidas anteriormente à vigência da lei, que a decreta.

Anistia Geral e Restrita - como a anistia política, a anistia fiscal pode ser absoluta ou condicional, geral ou restrita. O Código Tributário Nacional preferiu dizer geral ou limitada. A geral é concedida irrestritamente pela lei sem quaisquer condições. É absoluta. O sujeito passivo não necessita de requerê-la, nem pode recusá-la. A anistia "limitada" pode ser sujeita às restrições das alíneas *a*, *b* e *c* do art. 181, II, ou às condições do inciso *d* desse mesmo dispositivo.

Formalidades para gozo da Anistia - Se a anistia fiscal é geral ou absoluta, a lei tem eficácia imediata, independentemente de qualquer provocação ou súplica do sujeito passivo. Extingue-se, independentemente de qualquer formalidade, o crédito fiscal ou o ato administrativo ou em relação às infrações. Nem se fará qualquer procedimento para apuração desse crédito da multa ou para sanção outra contra as infrações anistiadas. Mas se anistia é limitada, o beneficiário deverá requerê-la com a prova, préconstituída do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão. A clemência torna-se efetiva com o despacho da autoridade administrativa que a concede. Aí também difere da anistia política a anistia fiscal. Aquela é, por sua natureza e definição, um esquecimento irretratável e irrevogável das infrações cometidas. (BALEEIRO, 1971, p. 532 a 534)

Segundo SCHOUERI,

O conceito de tributo, objeto de um dever jurídico de contribuir com uma prestação pecuniária em favor do Estado, deve ser examinado a partir da definição legal imposta pelo Código Tributário Nacional em seu art. 3º, ou seja:

"Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instruída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Obrigação legal e direito indispensável: A obrigação pode ser de natureza legal, porque não nasceu da vontade do obrigado, mas diretamente da lei, e ainda assim envolver um direito disponível. A obrigação de natureza legal, porém, pode envolver direito indisponível. É o caso do tributo, por exemplo, do qual a autoridade administrativa não pode dispor e por isto não pode fazer acordo com o contribuinte em torno de qual seja o valor respectivo. Em sendo assim, ou a parte devedora admite pagar exatamente o que a lei determina, e quanto a isto concorda a parte credora, não por transigência, mas porque em seu modo de ver a prestação oferecida é exatamente aquela que é devida, nos termos da lei, ou então o acerto será feito por terceiro, árbitro ou juiz, tal como acontece nos casos em que as partes embora podendo transigir não o fazem.

O tributo como direito indispensável: Como direito indispensável se entende aqui aquele do qual não pode dispor a pessoa encarregada de exercê-lo, vale dizer, a pessoa encarregada de exigir o cumprimento da obrigação.

É o caso do tributo, como um direito do Estado, porque a autoridade incumbida de exigir o pagamento correspondente não pode dispor do direito do estado, para com ele negociar, embora o Estado, falando pela voz do legislador, possa dele dispor. Embora possa a autoridade administrativa concordar com o valor pago pelo contribuinte, ela só pode fazê-lo se entender que a apuração foi feita nos termos da lei e que, em consequência, aquele é o valor realmente devido.

Se entender que o valor pago é inferior ao devido, tem o dever de cobrar a diferença, e se entender que o valor pago é superior ao devido, tem o dever de restituir ao contribuinte a diferença.

A peculiaridade da relação tributária, que nos autoriza a afirmar a impossibilidade de tributo sem lançamento, consiste na atribuição que a lei confere ao credor para fazer, como parte na relação jurídica obrigacional, o acerto desta, vale dizer, a determinação do valor devido.

Esse acerto é o lançamento tributário. Lançamento que assim é, em qualquer caso, atividade privada da autoridade administrativa, e que em qualquer caso se faz necessário.

Atividade vinculada e obrigatória: O tributo é um direito indispensável, a atividade de lançamento é vinculada e obrigatória. A autoridade administrativa dela incumbida não tem a faculdade de exercitá-la, ou não, a seu critério. É obrigada a exercitá-la sempre que no mundo fenomênico se configurar a situação na qual o lançamento é cabível. Mesmo nos casos em que a lei determina ao contribuinte que apure o valor do tributo e faça o pagamento respectivo sem que a autoridade se tenha sobre ele manifestado, restará sempre à autoridade o dever de verificar aquela apuração para, considerando-a correta, afirmar que assim a considera. (SCHOUERI et. al. 2003, p. 120 e 121)

Conforme ICHIHARA,

No Direito Penal o instituto da anistia quer significar a extinção da punibilidade pela extinção do fato punível mediante lei. No Direito Tributário refere-se à exclusão do crédito tributário, pertinente as infrações cometidas anteriormente à lei concessiva. Logo, impede a concessão de anistia à infração a ser cometida, bem como aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele (art. 180, I do Código Tributário Nacional). Também as infrações cometidas mediante conluio de duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, não havendo expressa disposição a respeito devidamente prevista em lei, não são abrangidas pela anistia. A anistia difere em muito da remissão. A remissão dispensa o pagamento do tributo, enquanto a anistia o dispensa especificamente, excluindo as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei concessiva.

(ICHIHARA, 1980, p. 131)

Segundo MORAES:

A palavra anistia, de origem grega, tem o significado, na língua latina de "esquecimento" (amnestia, amnistia). Assim, falar em anistia sobre determinado fato é o mesmo que dizer que não se deseja mais lembrar sobre o mesmo (fato anistiado). Anistia tem o significado de apagar da lembrança, de esquecer, de

perdoar. Todavia, na linguagem jurídica, o vocábulo é empregado para caso de extinção de punibilidade, significando perdão da pena (crimes ou infrações). A palavra anistia é entendida como sinônimo de perdão, graça, indulto, todas formas de extinção de punibilidade. (MORAES, 1994, p. 405)

Com isto cria-se jurisprudência para que ambas as terminações, Anistia e Remissão, sejam interpretadas de uma mesma forma, no entanto CARVALHO explicita com maior clareza, como segue:

Remitindo, o Estado dispensa o pagamento do crédito relativo ao tributo e, pela anistia, dá-se o perdão correspondente ao ato ilícito ou à penalidade pecuniária. As duas realidades são parecidas, mas estão subordinadas a regimes jurídicos bem distintos. A remissão se processa no contexto de um vínculo de índole obrigacional tributária, enquanto a anistia diz respeito a liame de natureza sancionatória, podendo desconstituir a antijuricidade da própria infração. (CARVALHO, 1991, p. 310).

Conforme pode-se observar nos tópicos acima, anistia em um sentido amplo perdoa as infrações cometidas pelo infrator, sendo conhecida a primeira anistia fiscal em 1582, na França, onde além de determinar libertação de presos, perdoa todas as multas de natureza fiscal.

3.3. DEFINIÇÕES

Passa-se a definir nestes tópicos abaixo as diferenças entre remissão e remição, perdão, antijuricidade, benefício, prejuízo.

Remissão primeiramente, apenas por uma questão terminológica, não se deve confundir remissão com remição.

3.3.1. Remissão e Remição

Conforme definição de ICHIHARA:

Remissão quer dizer ato de remitir ou perdoar uma dívida renuncia de um direito. Remição quer dizer ato de remir, ou resgate de dívida por parte do devedor ou de terceiro".

A remissão total ou parcial do crédito tributário só pode ser decorrente de lei que autorize a autoridade administrativa, e nos casos especificamente previstos no Código Tributário Nacional (Art. 172, itens I a V).

Essa remissão que deve ser entendida como perdão da dívida pelo credor, poderá ser concedida nos termos da lei, atendendo:

I - à situação econômica do sujeito passivo;

Poderá ser geralmente por falta de condições materiais em efetuar o pagamento, em decorrência de causas de força maior ou fortuitas, ou por condições gerais do local ou da atividade.

II - ao erro ou à ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato; Excluem-se aqui os erros de direito ou ignorância da lei, uma vez que ninguém se escusa a cumprir a lei alegando ignorância. Quando o erro ou a ignorância se fundarem em matéria de fato é que a remissão poderá ser concedida.

III - a diminuta importância do crédito tributário;

Quando o valor do crédito tributário for tão pequeno que não compense o dispêndio de serviços, custas etc., para cobrá-lo, a remissão poderá ser concedida por lei.

IV - a considerações de equidade em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

A equidade a que se refere este art. 172, item IV, reside na apreciação das características pessoais ou materiais de fato e não à lei. Preceitua o art. 108, § 2.º, do CTN, que o emprego da equidade não pode importar na dispensa de pagamento do tributo devido. Assim, por meio de lei "invocando as considerações de equidade" poderá ser concedida a remissão dos créditos tributários.

V - a condições peculiares e determinada região do território da entidade tributante. Por fim, a remissão, que deverá ser concedida com despacho produz fundamentado da autoridade administrativa, com base na lei, não produz direito adquirido, podendo ser revogada nas condições previstas no parágrafo único do art. 155 do CTN. Logicamente, a revogação da remissão deverá ser ou com base no exame dos fatos bem como dos motivos determinantes do ato administrativo, ou ainda por desvio de poder. (ICHIHARA, 1980, p. 118 e 119)

Segundo COSTA et. al. (2000, p. 257)

"Remição de dívida: ato ou efeito de remir; quitação, pagamento, resgate da dívida. Remido é aquele que se acha desobrigado de uma prestação, após efetuar o pagamento."

Segundo COSTA et. al. (2000, p. 257)

"Remissão de dívida: renuncia, perdão, liberação espontânea e incondicional de uma dívida, concedida pelo credor ao devedor, isto é, renuncia espontânea do direito creditório, em benefício do próprio devedor, eximindo-o, assim, da obrigação assumida."

3.3.2. Remissão

Pelo Código Tributário Nacional, a remissão constitui outra causa que extingue o crédito tributário (CTN, art. 156 inciso IV).

Segundo MORAES,

Remissão é o ato de redimir, isto é, de perdoar. O vocábulo vem do latim (remissio) e tem o sentido de perdão, desistência ou absolvição. Pela remissão, o credor dispensa o devedor de pagar a dívida. Há, por parte do credor, uma renúncia voluntária ou liberação graciosa de seu crédito. Na remissão, portanto, há um ato do credor, de pura liberdade, que desonera ou libera o devedor. Trata-se de uma renúncia (renúncia é gênero; remissão é espécie) ao crédito existente e exigível. Em princípio, a remissão não pode ser adotada no direito tributário, uma vez que a autoridade tributária é obrigada a efetuar o lançamento do tributo sempre que ocorra o respectivo fato gerador, não havendo a possibilidade do perdão para dívidas tributárias.

Todavia, para casos excepcionais, plenamente justificados, com base na lei e na quantia e com os requisitos estabelecidos, a remissão pode ser admitida em nossa disciplina. O seu fundamento está na equidade e na conveniência administrativa.

A remissão para certos casos especiais de exigência fiscal, em casos de calamidade pública que afete uma região do país ou diminuta importância do crédito fiscal que torna não compensatório a respectiva cobrança.

A remissão para se fazer valer, deverá sempre ser admitida por lei do poder tributante. "A lei pode autorizar", dispõe o Código. Somente a lei é que pode reconhecer a necessidade da administração liberar o devedor da prestação tributária, pois se trata de perdoar uma dívida tributária (modo não satisfatório de extinção das obrigações) e a autoridade administrativa, por si, não pode dispor do crédito tributário. (MORAES, 1994, p. 458 e 459)

Segundo o Código Civil, lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, artigos n.ºs

385 a 388, define-se remissão das dívidas como:

Art. 385. A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.

Art. 386. A devolução voluntária do título da obrigação, quando por escrito particular, prova desoneração do devedor e seus co-obrigados, se o credor for capaz de alienar, e o devedor capaz de adquirir.

Art. 387. A restituição voluntária do objeto empenhado prova a renúncia do credor à garantia real, não a extinção da dívida.

Art. 388. A remissão concedida a um dos co-devedores extingue a dívida na parte a ele correspondente; de modo que, ainda reservando o credor a solidariedade contra os outros, já lhes não pode cobrar o débito sem dedução da parte remitida.

3.3.3. Perdão

Segundo SANTOS (2001, p. 185)

"Termo que designa, em direito, a desobrigação do cumprimento de uma pena ou do pagamento de uma dívida. Procedimento pelo qual aquele que recebeu a ofensa renúncia de dar queixa do crime ou de imputar a pena devida ao agente do delito, absolvendo-lhe a afronta, quer seja ela expressa ou tácita. Isto somente é admitido nos crimes de ação privada. "

3.3.4. Antijuridicidade

Segundo SANTOS

Termo que designa, em direito, a ilegalidade jurídica; propriedade do que é contrário ao direito ou antijurídico. A antijuridicidade consiste na falta de autorização da ação típica. Matar alguém é uma ação típica porque infringe a norma que diz não deves matar; esta mesma ação típica será antijurídica se não for praticada sob o amparo de uma causa de justificação (por exemplo, legítima defesa, estado de necessidade etc). Alguns juristas admitem ser a antijuridicidade apenas subjetiva, isto é, ela somente existe em relação a qualificação de erro ou crime, os quais podem ser compreendidos e orientados de acordo com a norma. Outros, entretanto, acham que ela é subjetiva, independente do fato de ser a pessoa que pratica a ação, responsável ou não. (SANTOS, 2001, p. 35)

3.3.5. Benefício

Segundo FERREIRA, (1999, p.)

"Substantivo masculino; 1. Serviço ou bem que se faz gratuitamente, favor mercê, graça; 2. Vantagem, ganho, proveito; 3. Direito conferido a alguém; 4. Auxílio monetário por força de legislação social."

O benefício nestas circunstâncias é único e exclusivo do devedor, infrator e sonegador, que sabe que será perdoado futuramente.

Pode –se até imaginar que o Estado tenha algum benefício em anistiar os devedores, mas este benefício é apenas na esfera política, pois o que o Estado faz é beneficiar àqueles que não cumpriram suas obrigações para com ele, então só se

pode chegar a conclusão de que os beneficiados são os infratores, pois todo o débito pendente negociado já era de direito do Estado.

3.3.6. Prejuízo

Segundo FERREIRA, (1999, p.)

Substantivo masculino; 1. Ato ou efeito de prejudicar, dano.

Segundo BUENO, (1996, p. 524)

Ato de prejudicar, dano, perda e preconceito.

a) Prejuízo moral

A concessão indiscriminada de anistias fiscais aparenta desconhecimento, por se esta uma política fiscal de efeitos muito negativos, desestimulando, e não incentivando, o pagamento de tributos. Tal situação deve-se ao fato de que as anistias fiscais, por se caracterizarem como um prêmio para quem não efetuou seus recolhimentos em dia, não trazem, recursos adicionais ao caixa do governo, ao contrário do que a primeira vista pode-se imaginar. Devido ao hábito de conceder-se anistias fiscais, induz-se o contribuinte a não efetuar seus recolhimentos pontualmente e, por conseguinte, pode-se afirmar que uma anistia fiscal nada mais faz do que trazer, ao caixa do governo, recursos que já teriam sido a este recolhido, caso não fossem as anistias fiscais concedidas tão freqüentemente e sem nenhum critério.

Quando é promulgada determinada lei dispensando o pagamento de créditos tributários de até determinado valor, como um “perdão fiscal” abrangendo outros componentes do crédito tributário, além da multa fiscal, tem-se uma extinção de crédito tributário sob a modalidade de remissão, nunca de uma anistia.

Em relação à dispensa de juros de mora verifica-se similar situação. Os juros de mora não possuem natureza punitiva, mas simplesmente remuneratória, visto que seu objetivo é outorgar ao credor uma remuneração justa pelo capital da qual viu-se privado em virtude de inadimplência. Portanto, não possuindo natureza punitiva, impossível que sejam dispensados por meio de anistia fiscal. Por conseguinte, quando concedida dispensa do pagamento de juros de mora, tem-se também extinção de crédito tributário sob a modalidade de remissão.

A remissão pode ser concedida de forma parcial, todavia, o mesmo não ocorre em relação à anistia, isto porque não existe esquecimento parcial da infração, nem tampouco desconstituição parcial da antijuridicidade do delito, o que permite facilmente concluir-se que não comporta, o instituto da anistia, concessão parcial. Determinado fato pode ser anistiado, mas nunca anistiado em parte.

Portanto, anistiar e remitir ao mesmo tempo, como são feitas as Leis das anistias, é ferir os direitos constitucionais do Estado e do povo, é fomentar a sonegação, é prejudicar o povo em geral que também contribui e por conta de sonegadores, não recebem o retorno que é de direito.

Conforme pode-se observar atribuições acima, na remissão, o credor concede ao devedor o perdão de sua dívida.

E remição, refere-se ao pagamento, a quitação, resgate de uma dívida.

Perdão, desobriga o cumprimento de uma pena ou pagamento de uma dívida.

A antijuridicidade, está relacionada a tudo aquilo que consiste na falta de autorização, ou seja, como pôr exemplo matar alguém, porque tudo que contraria a lei torna-se antijurídico.

O benefício, torna-se um direito conferido ao devedor de liberar bens submetidos à execução.

Prejuízo, um ato de dano àqueles que cumpriram com suas obrigações em dia, não tendo nenhum benefício pela sua adimplência.

3.4. DOS OBJETIVOS DO ESTADO

O Estado do Paraná promove, de tempos em tempos, anistias ou remissões de seus créditos tributários, em especial, dos relativos ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

A concessão de tais benefícios fiscais pode parecer injusta para com aqueles contribuintes que pagaram suas obrigações em dia. Mas, não se deve examinar a questão por esse lado. É verdade que, todo e qualquer benefício concedido, seja de que natureza for, sempre vai trazer uma certa carga de injustiça. Mas, deve-se ter em mente que o objetivo maior do Estado do Paraná, quer seja do Poder Legislativo, quer seja do Executivo, parece ser o de permitir a regularização dos débitos tributários por aqueles contribuintes que não puderam fazê-lo no devido tempo, por falta de disponibilidade de caixa para tanto. Ou seja, deixaram de pagar o imposto por absoluta falta de recursos. Observe-se bem que não se trata de incentivar ou premiar a sonegação. O sonegador de verdade, mesmo com a anistia não vai regularizar seu débito tributário.

Passa-se a definir sobre Direito Tributário, conceitos de tributo, obrigação tributária, fato gerador, tributos e suas espécies e definições constantes no Código Tributário Nacional.

3.5. DIREITO TRIBUTÁRIO

Parte do direito financeiro que trata das receitas do Estado, das normas jurídicas que regulam os impostos, das relações entre o contribuinte e o fisco e da constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos fiscalizadores. Também chamado direito fiscal.

Conforme definido pôr SANTOS (2001, p.83)

"Direito que tem a União, os Estados Federados, o Distrito Federal e as Prefeituras de legislar sobre os tributos devidos conforme estabelecido na Constituição em vigor."

3.5.1. Tributo

Conforme Enciclopédia Britânica do Brasil,

Tributo é o termo genérico empregado para designar todas as contribuições em dinheiro arrecadadas de forma compulsória pelo Estado para financiar os serviços públicos. No direito tributário brasileiro, o gênero tributo inclui três espécies: o imposto, a taxa e as contribuições de melhoria, que guardam o caráter de pagamento coercitivo mas apresentam traços peculiares que os diferenciam.

O imposto é um tributo destinado a atender às necessidades gerais da administração pública, sem assegurar ao contribuinte nenhum proveito direto em contraprestação à parcela que pagou; a taxa remunera serviços específicos prestados de maneira direta ou postos à disposição do contribuinte, mesmo que este não os utilize, tais como os serviços municipais de água e esgoto; as contribuições de melhoria são tributos cobrados em consequência de obra pública que valoriza o imóvel de propriedade do contribuinte e aumenta, assim, seu patrimônio.

Origem. O tributo teve origem nas riquezas em ouro, escravos ou outras mercadorias preciosas, que as tribos vencidas eram obrigadas a entregar aos vencedores, em demonstração de dependência. Com o tempo, o costume tornou-se tradição rendosa e alguns impérios, como o romano, construíram seu poderio quase que exclusivamente com base nos bens que obtinham dos povos dominados por seus exércitos. Mais tarde, os governantes passaram a exigir dos próprios súditos o pagamento de contribuições, que no entanto recebiam outros nomes para escapar à conotação odiosa do termo tributo. Essas "doações", porém, tinham caráter compulsório, eram exigidas sem consulta aos contribuintes e a elas não correspondia nenhuma contrapartida. Seu único fundamento residia no poder coercitivo do governo.

Em Roma e na Grécia, os primeiros tributos foram cobrados sobre o consumo, com valores mais altos para as importações do que para o comércio interno. Em algumas ocasiões, foram cobrados impostos adicionais para financiar campanhas bélicas. Nesses casos, incidiam apenas sobre o patrimônio imobiliário e as exportações agrícolas; com o tempo foram estendidos ao resto do patrimônio.

O imposto sobre a pessoa física foi criado pelo Império Romano, que nos territórios ocupados dispensava tratamento diferenciado à população local e aos cidadãos romanos que ali residiam: o tributo foi de início pago como imposto pessoal e depois ampliado para incidir também sobre os bens do cidadão. Um exemplo da relativa modernidade do sistema tributário romano foi a cobrança de impostos de transmissão sobre heranças, em que os herdeiros eram obrigados a pagar, de início, a vigésima parte e, mais tarde, a décima parte do que recebiam por direito de sucessão.

Datam da Idade Média as primeiras tributações indiretas, sobre o trânsito de passageiros e mercadorias e sobre feiras e mercados. Em sua grande maioria, os impostos haviam sido substituídos por contribuições obrigatórias em trabalho e em espécie, mas no fim do período medieval registrou-se em diversas cidades da Itália e Alemanha a reintrodução dos impostos diretos: pessoal ou "por cabeça" para os pobres e sobre o patrimônio líquido para os ricos.

A formação dos estados-nações europeus -- França, Espanha e Grã-Bretanha -- nos séculos XV e XVI, a expansão ultramarina de Portugal e Espanha e as freqüentes guerras pelo domínio da Europa aumentaram as necessidades de financiamento dos estados, que, em consequência, ampliaram a carga tributária de suas populações. O mercantilismo, sistema econômico vigente na ocasião, caracterizou-se pela valorização da riqueza em espécie, traduzida em dinheiro e metais preciosos como o ouro. Para garantir sua posse, o poder central se fortaleceu e disseminou-se a prática de proteção à indústria nacional em detrimento das atividades econômicas locais. Com o mercantilismo, o sistema tributário se ampliou e tornou-se mais complexo. Gravou diversos tipos de rendimentos: das terras agrícolas, derivados da propriedade urbana, da indústria, do capital e do trabalho. Incidiu ainda sobre o trânsito de bens e o consumo, no qual se distinguia um imposto geral sobre os gastos e um particular sobre consumos específicos.

Princípios do sistema impositivo moderno. A escola econômica clássica, que tem em Adam Smith seu maior representante, sistematizou as regras de um sistema racional impositivo, que se resumem em quatro pontos: (1) os súditos de cada estado devem contribuir para o financiamento dos gastos do governo, de forma proporcional à capacidade de cada um; (2) o imposto a ser pago pelo súdito deve ser fixado de forma ordenada e não arbitrariamente; (3) o imposto deve ser cobrado na forma e no momento mais conveniente para o contribuinte; e (4) o imposto não deve arruinar o povo.

Os impostos foram sempre uma questão de grande importância política ainda antes de alcançarem sua relevância e valores modernos. Entre os exemplos históricos estão a rebelião das colônias americanas da Grã-Bretanha, que se recusaram a pagar os impostos estabelecidos por um Parlamento no qual não tinham voz nem voto e que se traduziu no lema "nenhum imposto sem representação"; e o tratamento fiscal privilegiado que recebiam o clero e a nobreza da França, que está na origem da revolução francesa. As guerras também têm sido fator importante da expansão do sistema de impostos. Em 1799, a Grã-Bretanha criou o imposto de renda para financiar os gastos com as guerras napoleônicas.

Direito tributário. No fim do século XVIII, o constitucionalismo decorrente das revoluções francesa e americana levou à institucionalização do poder tributário. Sob inspiração do antigo modelo inglês, a tributação, submetida ao consenso dos governados, seria a partir de então regulada pela lei vinculante do poder executivo, elaborada de acordo com balizas constitucionais intransponíveis para o legislador. O tributo passou a constituir instituto jurídico e, assim, objeto de estudo de um ramo não-autônomo do direito, o tributário, que tem por objeto as normas constitucionais e legais que regem a tributação e as relações jurídicas que seu desempenho engendra.

A ciência do direito tributário, conjunto de conhecimentos científicos, categorias e fórmulas, não deve ser confundida com seu objeto de estudo, o direito tributário positivo. Também denominado objetivo, o direito tributário positivo é um conjunto de normas e princípios jurídicos que regulamentam a atividade estatal de exigir contribuições compulsórias dos cidadãos e que tem por objetivo a disciplina da tributação, isto é, a ação estatal de tributar. A legislação que regula essa matéria estabelece direitos e deveres recíprocos para os sujeitos ativo e passivo e dita uma série de formalidades a serem observadas quando o estado se dispõe a exercer sua ação tributária.

Elementos básicos. São elementos básicos do tributo: seu sujeito, que pode ser ativo ou passivo; seu objeto; as causas e fins; as formas com que se realizam os pagamentos; e as particularidades que concorrem para sua vigência.

Sujeito ativo do tributo. Em princípio, só o estado detém o poder fiscal, derivado de sua soberania. Pode, porém, delegar essa função a entidades menores: no caso de uma federação, estados, províncias, departamentos, municípios etc.

Sujeito passivo do tributo. Todo sujeito econômico é sujeito passivo do imposto, com a obrigação de contribuir por haver incorrido no fato a que a lei imputa obrigação tributária. O sujeito passivo pode ser nacional ou estrangeiro, pessoa física ou jurídica, entidade pública ou privada.

Objeto material do tributo. Atualmente, o objeto material do imposto é sempre uma quantia em dinheiro, ao contrário do que ocorria no passado, quando podia consistir em bens ou serviços.

Causas e fins do tributo. Para os economistas, a causa do imposto é apenas a necessidade que o estado e demais entidades públicas têm de arrecadar as verbas de que precisam para atender a seus objetivos. Para os juristas, toda contribuição tributária é uma limitação da liberdade e da propriedade do indivíduo e por isso deve ser estabelecida apenas pelo poder legislativo. Foram identificados dois fins específicos, cujo grau depende das circunstâncias e da intenção do poder coator: o objetivo fiscal, puramente arrecadador, e o de ordenamento, que tem como finalidade variar as condutas individuais e coletivas para conseguir determinados objetivos básicos da organização da sociedade.

Forma em que se realiza o pagamento do tributo. As características que conformam a transferência de valores econômicos são a obrigatoriedade ou coação, especificidade essencial do imposto, e a ausência de contraprestação.

Determinação das particularidades que conformam o pagamento do tributo. Na legislação tributária distinguem-se o objeto e a base do imposto. O objeto pode ser uma mercadoria, transação, renda, patrimônio etc. A base é a soma das unidades monetárias a que se aplica o tipo impositivo ou a escala de porcentagem que regula o imposto.

Noção jurídica. Obrigação jurídica de origem legal, o tributo tem por sujeitos pessoas designadas por lei. Seu objeto é a transferência de determinada quantia em dinheiro, do sujeito passivo ou devedor para o ativo e credor, que é uma pessoa de direito público. Ambas as partes têm seus direitos e deveres recíprocos estabelecidos pela legislação, que dita ainda as formalidades que devem ser observadas quando o estado se dispõe a proceder à arrecadação.

No Brasil, o Código Tributário Nacional define tributo como "prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". O tributo é uma obrigação, ou seja, um vínculo jurídico transitório que atribui ao sujeito ativo o direito de exigir do passivo determinado comportamento e que a este põe na contingência de praticá-lo, em benefício do sujeito ativo.

Um tributo é criado sempre que a lei o descrever em relação a um fato hipotético. Quando o fato previsto na lei ocorre na vida real, torna-se "fato imponível", isto é, fato concreto, localizado no tempo e no espaço, e determina o nascimento da obrigação tributária.

Classificação dos tributos no Brasil. A constituição brasileira prevê regimes diversos para as diferentes espécies e subespécies tributárias. O aspecto material do tributo consiste ou em atividade do poder público ou em fato ou acontecimento alheio a qualquer atividade estatal. Assim, é possível classificar os tributos em duas grandes categorias: os tributos vinculados, quando o legislador relaciona a obrigação tributária ao desempenho de uma atividade estatal ou a uma consequência desse desempenho; e os tributos não vinculados, quando a lei coloca como aspecto material da hipótese de incidência um fato que não consiste em atividade estatal.

Tributos vinculados. Os tributos cuja existência é vinculada a uma atuação do serviço público dividem-se em duas categorias: taxas e tributos especiais ou contribuições. Nas taxas, a atuação se refere diretamente ao cidadão e baseia-se no relacionamento imediato entre o poder público e o contribuinte. São cobradas taxas para a prestação de serviços diretos como expedição de certidão, fornecimento de documentos, fiscalização de veículo, fornecimento de um bem, utilidade ou serviço, concessão de licença para desempenho de determinada atividade etc. Nos tributos especiais ou contribuições, a atuação atinge o cidadão de modo indireto e repousa na conveniência do poder público ou numa consequência de sua atuação. A mais típica das contribuições é a de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas. A União, os estados, os municípios e o Distrito Federal têm competência para criar taxas e contribuições de melhorias.

Tributos não vinculados. Todo tributo não vinculado é imposto, definido pelo Código Tributário Nacional como "tributo cuja obrigação tem por fato gerador (hipótese ou incidência) uma situação independente de qualquer atividade estatal".

A constituição adota um sistema de rígida discriminação para os impostos e estabelece que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios só podem arrecadar impostos quando receberem tal atribuição. É feita apenas uma exceção à União, que tem o direito de criar novos impostos sempre que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos que já foram previstos para impostos devidos às demais entidades públicas. Na iminência de uma guerra, a União tem ainda o direito de cobrar impostos extraordinários, incluídos ou não em sua competência tributária, mas sempre em caráter temporário: esses impostos devem ser suprimidos de forma gradativa quando cessarem as causas que determinaram sua cobrança.

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Incide o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) sobre as operações realizadas por produtores, industriais, comerciantes e prestadores de serviços de transportes e comunicações. Não é cumulativo: em cada operação, abate-se o montante cobrado nas anteriores e se incorpora ao preço da mercadoria. É cobrado pelos estados, mas uma parcela da arrecadação pertence ao município e não incide sobre produtos industrializados destinados ao exterior e alguns gêneros de primeira necessidade especificados em lei. (ENCICLOPEDIA BRITANICA DO BRASIL, 2000, CD-R)

Segundo SEABRA,

O tributo como dispõe o Art. 3º do CNT:

Imposto é tributo cuja obrigação tem pôr fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

O imposto criado pelo Estado possui uma característica coercitiva, pois ele independente da vontade do contribuinte e publicista, pois é comum a todos. No imposto vemos a Soberania do Estado, que utiliza-se dos impostos para arrecadar de forma coerciva os recursos necessários para custear os encargos públicos. temos que o caráter obrigatório do imposto e suas particularidades faz com que o contribuinte diferentemente de outros tributos não tenha diretamente uma retribuição do que foi pago pois seu caráter é coletivo visando toda a comunidade (SEABRA, 2002, p. 69)

Segundo NASCIMENTO (1999), citado pôr SEABRA (2002, p. 69 e 70)

leciona que:

“Traço marcante dessa espécie tributária é a generalidade e o seu caráter não contraprestacional, no que se distingue da taxa, visto como o seu fator gerador nasce de situação desvinculada de qualquer atividade estatal específica, pertinente ao contribuinte.”

Continuando SEABRA,

Os impostos podem ser classificados como Diretos e Indiretos: Os impostos diretos são aqueles que incidem diretamente no contribuinte levando em consideração sua capacidade econômica, já os impostos indiretos são aqueles que incidem sobre o produto material ou jurídico, não se levando em conta a capacidade do contribuinte. Podemos classificá-los ainda como Pessoais, quando incidem diretamente sobre o contribuinte, e Reais, quando incidem sobre a coisa. (SEABRA, 2002, p. 70)

3.5.2. Obrigação Tributária

Segundo MARTINS

Diz se, ainda, que a obrigação tributária é indisponível, ou seja, que, ocorrido o fato previsto em lei e, portanto, nascida a obrigação, deva ela ser cumprida em seus exatos termos, não podendo o contribuinte furtar-se ao cumprimento nem a autoridade administrativa dispensa-lo. Um dos aspectos da indisponibilidade está expresso no art. 123 do CTN:

“Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas a responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser oposta à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes”.

Assim, para que exista uma obrigação tributária é preciso que ocorra um fato do qual a lei faça decorrer, necessariamente, uma obrigação.

A esse fato dá-se o nome de “fato gerador”, consagrada no CTN, não é a única, e suscita objeções de ordem doutrinária. São sinônimas de fato gerador as expressões “fato imponible”, “suporte fático”, “situação base”. Agora a objeção: dizem vários autores que, se a lei é um juízo hipotético que imputa uma consequência à ocorrência de um fato que descreve hipoteticamente e que, ocorrido, faz incidir a consequência prevista na mesma lei, ou seja, o nascimento de uma obrigação tributária.

O fato gerador há de ter sempre um conteúdo econômico, revelar certa capacidade contributiva. (MARTINS et. al. 2000, p. 185 e 186)

3.5.3. Fato Gerador

Segundo SEABRA,

Um dos pontos fundamentais do tributo é o Fato Gerador. A Legislação faz distinção entre o Fato Gerador da Obrigação Principal e o da Obrigação Acessória. Fato Gerador, é o conjunto de fatos, estado de fato, ou ainda pressupostos materiais dos fatos jurídicos, aos quais a lei considera hábeis a produzir a obrigação tributária. É a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência (CNT, 114). Alguns o chamam também de fato imponible. O principal elemento visado pelo legislador neste fato é o econômico. Constitui um conceito fundamental do direito tributário.

Fato gerador como fato jurídico – para o direito tributário não interessa a vontade do indivíduo no nascimento da obrigação tributária, porque esta não decorre de um ato voluntário. Ao verificar-se na vida real o fato descrito pela lei tributária como capaz de dar lugar à cobrança de um tributo, houve apenas e tão-somente um fato, porque é da própria lei que decorre a obrigação de pagar o tributo e não da vontade do particular em fazer este ou aquele negócio. A liberdade que ele tem de optar entre os vários atos jurídicos que mais lhe convenham, não implica em que ele queira ou não a obrigação de pagar o tributo. Daí a moderna doutrina dizer que o fato imponible ou fato gerador é sempre um fato jurídico e nunca um ato jurídico. (Geraldo Ataliba, Hipótese de incidência tributária. Rev. dos Tribunais, São Paulo, 1973)

O fato gerador da obrigação principal é aquele que decorre exclusivamente da Lei, e possui a finalidade de definir as situações necessárias para a concretização da mesma. O fato gerador da obrigação principal está disposto no art. 114 do CTN:

“Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.”

A partir do artigo do CNT, podemos analisar o Fato Gerador da Obrigação Principal de forma mais elaborada. Três são os aspectos fundamentais que podem ser extraídos do artigo para podermos analisar melhor o fato gerador, que são: “Situação definida em Lei”, “Necessária”, “Suficiente.”

Sabemos que tudo no mundo jurídico positivado se norteia pela lei, pois a exigência da Lei está ligada diretamente a questão do princípio da Legalidade, ou seja é necessário que exista uma lei que determine determinado fato gerador para que ele possa existir no mundo jurídico.

O segundo aspecto é a “Necessária”, onde não é qualquer fato jurídico que interessa ao Direito tributário, ou seja, este fato gerador não pode surgir de qualquer ato jurídico praticado ou apenas se enquadram aos atos jurídicos que

interessam diretamente ao direito tributário, levando-se em consideração a tipicidade do fato e sua adequação a legislação tributária.

O terceiro aspecto é “suficiente”, onde ele está ligado diretamente no sentido de atingir as exigências legais impostas, que são necessários para realizar determinado ato jurídico e torná-lo válido.

O fato gerador possui alguns elementos fundamentais que são: Objetivo ou Núcleo; Subjetivo ou Pessoal; Espacial e Temporal.

Objetivo ou Núcleo: este elemento discrimina os fatos que determinaram o surgimento da obrigação.

Subjetivo ou Pessoal: a obrigação tributária é pessoal e a determinação dessa pessoa configura um elemento subjetivo do fato gerador.

Espacial: o elemento espacial está ligado diretamente ao local onde se configura o fato gerador.

Temporal: o fato gerador é considerado espontâneo, mas existem casos específicos que isso não ocorre como no Imposto de Renda onde o fato gerador ocorre no final do ano mas são utilizados os rendimentos do ano inteiro.

Podemos classificar o Fato Gerador em instantâneos e complexos. Fato gerador instantâneo, consiste naquele fato hábil a gerar a obrigação tributária e que ocorre num momento determinado e não num complexo de acontecimentos onde se sucedem vários fatos formando um todo, como ocorre com o fato gerador complexo ou periódico. Ex.: no momento em que sai a mercadoria do estabelecimento comercial se consuma o fato gerador do ICMS. A importância prática da noção reside em que a partir da condição instantânea ou complexa do fato gerador é que se determinará qual a legislação a ser aplicada, que será aquela vigente no tempo de sua ocorrência. Assim, nos fatos geradores instantâneos não haverá maior dificuldade, pois se aplica a lei que vigora no momento em que ele se produz, ao passo que nos fatos complexos será aplicada, não sem controvérsia na doutrina, a lei vigente no momento em que se consuma o ciclo de sua formação. A discussão ganha maiores contornos quando se trata de alteração da alíquota pertinente, ocorrida entre o início e o fim do ciclo de acontecimentos que compõem o fato gerador complexo. Assim sendo os instantâneos são aqueles que ocorrem em um determinado momento sempre que o fato se repetem, ex. CPMF – toda vez que efetuamos uma operação financeira tributo é cobrado automaticamente.

fato gerador complexo ou periódico, também denominado complexivo, periódico ou de formação sucessiva. É aquele cuja existência se completa num decurso de tempo, formando-se com a reunião de fatos e circunstâncias que são considerados como uma totalidade ao fim de um ciclo. Ex. de fato gerador complexo; a renda, que é aumento do patrimônio, medido entre dois momentos, ou seja, apurada num determinado período de tempo. A importância prática da noção reside, não sem oposição de um ou outro autor, em que a cobrança do tributo nestes casos se dará de acordo com a legislação tributária vigente ao tempo em que se completar o ciclo de formação daquele fato gerador. os complexos são aqueles que apenas após um determinado lapso temporal expresso em lei é que passam a configurar Fato Gerador.

É importante salientar que para sabermos legalmente qual é o valor do tributo se faz necessário que analisemos a situação descrita no Fato Gerador e apliquemos as alíquotas previstas em lei para que possamos saber qual é o valor do tributo a ser pago.

No que diz respeito ao fato gerador da obrigação acessória ele não configura a obrigação principal do fato gerador, ele está disposto no art. 115 do Código Tributário Nacional:

"Fato Gerador da Obrigação Acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal."

Fato gerador formal e causal., o fato gerador, depende muitas vezes de uma determinada forma de direito privado, para que possa ocorrer. É o fato gerador abstrato ou formal, que impede o emprego da interpretação econômica, porque ou o fato assumiu a forma prevista na lei tributária, e não ocorreu. O fato gerador causal, é o que independente da forma e que tem a sua causa nos efeitos econômicos pretendidos pelo contribuinte, admitindo a interpretação econômica. A espécie mais comum com que o fato gerador se apresenta é a causal. (SEABRA, 2002, p. 63 a 67)

Segundo LEAL (1998), citado pôr SEABRA (2002 P. 66) cita que:

"a base de cálculo do tributo representa legalmente o valor, grandeza ou expressão numérica da situação ou essência do fato gerador e sobre a qual se há de aplicar a alíquota, que é geralmente, o percentual que deve ser aplicado sobre a base de cálculo, para se obter o valor recolhido".

a) IMPOSTO

Segundo SANTOS (2001, P. 117)

"Termo designado, em direito, como tributo, pagamento devido ao fisco, para fazer face às despesas da administração por serviços prestados a comunidade. Esta tributação está isenta de contraprestação por parte daqueles que a recolhem e é distinta da taxa e da contribuição".

É um tipo de tributo destinado a atender às necessidades gerais da administração pública para custear os serviços a cargo do Estado. Pago por pessoa física ou jurídica.

Segundo NOGUEIRA,

Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador (nuclear) uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Essa é a definição do art. 16 do CTN.

As duas características fundamentais do imposto estão implícitas nessa definição, quais sejam, a de cobrança geral e a de não ser contraprestacional. Com efeito.

O imposto que é a viga mestra da arrecadação tributária é um levantamento pecuniário junto aos particulares, baseado apenas em uma medida geral de capacidade econômica ou contributiva e em virtude da competência tributária.

O contribuinte do imposto é devedor independentemente do fato e da medida em que a administração pública lhe tenha aproveitado.

O imposto não corresponde a preço por vantagens que o Estado conceda ao obrigado, mas a capacitação de riqueza para o tesouro público.

Somente o imposto que seja organizado segundo princípios idênticos para todos que estejam vinculados às mesmas situações, isto é, de proporcionalidade à capacidade econômica de cada um, responde ao princípio de igualdade de direito e de justiça fiscal.

É usual distinguirem-se os impostos em impostos pessoais e impostos reais, conforme se refira a uma pessoa ou coisa.

Essa divisão, entretanto, não é uma classificação jurídica, não se baseia em critério jurídico. Já vimos que o crédito do imposto se funda sempre em uma obrigação pessoal, pois a lei, ao tributar, sempre obriga um determinado sujeito vinculado ao fato gerador, que se chama contribuinte ou responsável. A pessoa do contribuinte pode ser designada diretamente (exemplo no imposto de renda) mas o que é tributado é o rendimento; ou de uma maneira indireta quando a lei tributa a prática de atos pelas pessoas (exemplo no ICMS), ou ainda se refira ao indivíduo por ele ser o proprietário ou possuidor de determinados bens (imposto predial e territorial).

Em qualquer caso, sempre o estado toma como contribuinte a pessoa que é responsável pela situação tipificada ou titular de direitos e obrigações e ela responderá pelo imposto não só com o bem que tenha sido alcançado, mas com toda sua fortuna (a pessoa física com todos os seus bens, a pessoa jurídica, também com todos os seus bens, tudo dentro do alcance do instituto da responsabilidade fiscal). Compare art. 184 do CTN.

Outra distinção usual é a de imposto direto e imposto indireto e esta distinção tem relevância dentro do sistema tributário.

O imposto direto tem a virtude de poder graduar diretamente a soma devida por um contribuinte, de conformidade com sua capacidade contributiva. Exemplo típico de imposto direto é o imposto sobre a renda pessoal.

O imposto indireto, diferentemente, liga o ônus tributário a um evento jurídico ou material e não dispõe de um parâmetro direto para apurar a capacidade econômica do contribuinte. Somente de modo teórico e genérico poderá graduar a tributação por meio do sistema *ad valorem* e em razão de índices de capacidade econômica. Já a personalização ou adequação pessoal da carga tributária em cada caso específico não se pode obter por meio do imposto indireto. Citemos alguns exemplos para facilitar a compreensão: são impostos indiretos, entre outros, o IPI e o ICMS, o imposto de importação etc.

Se um indivíduo comprar uma mercadoria, seja abastado ou pobre, pagará o mesmo *quantum*. todavia, mediante certas categorias da técnica de tributação, o legislador procura corrigir esses aspectos por meio de não incidências, isenções, imunidades ou graduação das alíquotas de incidências, como vimos, em razão da natureza e destinação dos produtos e mercadorias.

Portanto, tratando-se de imposto, o estado não precisa criar nenhum serviço, nem dispor de qualquer atividade especial para oferecer ao contribuinte em troca do que este irá pagar, pois não há, no imposto, a contrapartida que se encontra na taxa. Basta que a pessoa jurídica de direito público tenha competência, crie o imposto por lei, naturalmente escolhendo, em boa técnica, as situações que revelem, direta ou indiretamente, capacidade contributiva. (NOGUEIRA, 1999, p. 157 a 159)

Segundo BASTOS (1995, p. 146)

"A despeito de serem múltiplas as definições de imposto em nível de uma teoria geral, não é menos certo, todavia, que em todas essas definições estão sempre presentes algumas características comuns, o que nos permite inferir que neles reside a essência dessa modalidade impositiva."

Segundo GASTON JÈZE, citado pôr BASTOS (1995), cita uma definição bastante próxima desses elementos presentes em todas as definições. Diz o grande publicista francês que o imposto é:

"aquela prestação pecuniária exigida dos particulares por via de autoridade, a título definitivo e sem contrapartida, com o fim de cobrir as obrigações públicas."

Ficam então aí claros os seguintes elementos:

- a) caráter obrigatório do imposto;
- b) ausência de qualquer relação de correspondência entre a exação tributária e qualquer sorte de compensação do Estado ao contribuinte;
- c) o imposto exigido não é acompanhado de qualquer promessa de reembolso, o que lhe confere a qualidade de definitivo.

Segundo AYALA (1968), citado pôr BASTOS (1995, p. 146 a 148),

Faz excelentes observações a esses elementos da definição de Gaston Jèze, conferindo-lhe, destarte, aprofundamento de mérito inegável. Com relação ao primeiro desses pontos observa ele:

"É já uma idéia doutrinal geralmente admitida desde os tempos de Adam Smith que o imposto é um ingresso público diretamente derivado da soberania do Estado, caracterizado pela sua essência obrigatória.

Esta opinião, dentro de sua aparente solidez e de sua atrativa claridade, parece, sem dúvida, insuficiente. Para complementa-lo, e não totalmente, há que se arrazoar que o imposto se paga para financiar serviços públicos indivisíveis, é dizer, 'uti universi', enquanto que as taxas se cobram pela prestação de um serviço 'uti singuli', divisível.

Com efeito, a diferença entre taxa e imposto se apóia, na existência ou não de uma prestação ao contribuinte. Agora é freqüente nos modernos direitos positivos a prestação administrativa de serviços públicos divisíveis com caráter obrigatório e perceptivo, e pelos quais se estabelecem, por sua vez, os correspondentes direitos ou taxas também com caráter obrigatório.

Este posicionamento estritamente jurídico, isento de todo matiz psicológico ou econômico, do conceito de contraprestação, para diferenciar a taxa do imposto, se completa e reafirma com a consideração do terceiro princípio essencial tanto ao imposto como a taxa. Pois bem; a única diferença está em que tal elemento se dá no imposto de um modo incondicionado, enquanto que na taxa está condicionado à realização do serviço particular 'uti singuli', com indiferença de que o mesmo seja, ou não, voluntário. Assim, o particular obrigado ao pagamento de uma taxa poderia em qualquer momento obter a devolução do mesmo (feito antecipadamente) sempre que demonstrar a não prestação do serviço, enquanto que o obrigado ao pagamento de um imposto, precisamente porque não existe uma adscrição específica a um fim determinado, não poderá solicitar sua devolução no caso em que o serviço hipoteticamente planejado não seja prestado.

Recopilando, pois, todas as idéias anteriores, podemos então reformular a definição do imposto dada por Jèze, recolhendo na mesma as modernas posições de que nos temos ocupado. Podemos assim dizer que o imposto será aquela prestação pecuniária requerida aos particulares por via de autoridade e que ademais não esteja condicionada nem determinada por uma prestação administrativa particular e concreta, mas, pelo contrário, se ingressa sempre a título de definitivo com o fim de atender às necessidades públicas gerais." (BASTOS, 1995, p. 146 a 148)

Ao nível do direito positivo, temos definição legal do que seja imposto. É a constante do art. 16 do CTN, que diz ser ele

"o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte."

3.5.4. Tributos e suas espécies

Os tributos como já vimos, são as receitas derivadas que o Estado recolhe do patrimônio dos indivíduos, baseado no seu poder fiscal (poder de tributar, às vezes consorciado com o poder de regular), mas disciplinado pôr normas de direito público que constituem o direito tributário. As outras receitas chamadas originárias e provenientes do próprio patrimônio do Estado, como já vimos nada têm que ver com o direito tributário, este direito somente disciplina as receitas derivadas, provenientes da exigência sobre a economia dos particulares e que são os tributos.

Os tributos, na nomenclatura constitucional, são o imposto, a taxa, a contribuição de melhoria, as contribuições sociais, as extrafiscais, as parafiscais, a contribuição do salário-educação, o empréstimo compulsório, os impostos extraordinários e outros impostos de competência residual da União.

Tributo é a denominação genérica que compreende todas as espécies acima citadas.

O Código Tributário Nacional diz no art. 3º que tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Na sua função de lei complementar da constituição, visando a disciplina jurídica do sistema Tributário Nacional no livro II, o CNT tem como conteúdo “regras jurídicas sobre tributos e sobre conflitos de competência entre as entidades estatais, bem como sobre limites constitucionais do poder tributário”. Observe-se bem que o CTN não é lei da tributação, mas sim lei sobre as leis da tributação, e em relação aos conflitos de competência tributária, como lei complementar da Constituição, tem a alta missão de afastar dúvidas ou interpretações discordantes.

O Código Tributário Nacional tem a natureza de lei orgânica, de lei quadro, ou como se diz na terminologia francesa *loi cadre* ou alemã *Rahmengesetz*. O Código Tributário Nacional não é um Código sinônimo de lei ordinária integral ou uma consolidação da legislação ordinária como entre nós é exemplo a Consolidação das Leis do Trabalho ou os Códigos Civil, Comercial, Penal, etc. Uma das leis orgânicas sobre leis tributárias daquela natureza e que serviu de uma das fontes

principais do CTN foi precisamente a Ordenação tributária da Alemanha (RAO, hoje, AO).

O Código Tributário Nacional é lei complementar da Constituição.

Assim, fica bem esclarecido que, além da constituição, temos o CTN, com suas alterações, como complementação ou instrumento de explicitação da ordem constitucional tributária e de garantias do cidadão-contribuinte. Tanto a constituição como a legislação complementar, ora pôr normas gerais, ora especiais e mesmo específicas, traçam a ordenação do Sistema Tributário Nacional.

assim, ao definirem o tributo, oferecem o modelo geral para impedir que a título de tributo o poder público possa requisitar prestações que o não sejam ou que pôr confusão se apliquem regras tributárias, pôr exemplo, aos preços públicos.

É uma estruturação do geral para o particular, inclusive pôr meio de conceitos.

Do conceito de tributo do art. 3º podemos ressaltar várias características.

A primeira é *compulsoriedade*.

Uma prestação a título facultativo ou negocial não será tributo, não decorre do poder de tributar. Entende-se como prestação pecuniária não apenas a em dinheiro, mas também aquela que possa ser expressa em termos de moeda; o tributo não pode ser empregado como sanção, não tem o caráter punitivo; somente pode ser criado mediante lei material e a sua cobrança tem que ser feita pôr meio de atividade administrativa plenamente vinculada, vale dizer, pôr meio do lançamento e da cobrança fiscais.

a) IMPOSTO

Termo designado, em direito, como tributo, pagamento devido ao fisco, para fazer face às despesas da administração pôr serviços prestados a comunidade. Esta tributação está isenta de contraprestação pôr parte daqueles que a recolhem e é distinta da taxa e da contribuição.

É um tipo de tributo destinado a atender às necessidades gerais da administração pública para custear os serviços a cargo do Estado. Pago pôr pessoa física ou jurídica.

Imposto é o tributo cuja obrigação tem pôr fato gerador (nuclear) uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Essa é a definição do art. 16 do CTN.

As duas características fundamentais do imposto estão implícitas nessa definição, quais sejam, a de cobrança geral e a de não ser contraprestacional.

Com efeito.

O imposto que é a viga mestra da arrecadação tributária é um levantamento pecuniário junto aos particulares, baseado apenas em uma medida geral de capacidade econômica ou contributiva e em virtude da competência tributária.

O contribuinte do imposto é devedor independentemente do fato e da medida em que a administração pública lhe tenha aproveitado.

O imposto não corresponde a preço pôr vantagens que o Estado conceda ao obrigado, mas a capacitação de riqueza para o tesouro público.

Somente o imposto que seja organizado segundo princípios idênticos para todos que estejam vinculados às mesmas situações, isto é, de proporcionalidade à

capacidade econômica de cada um, responde ao princípio de igualdade de direito e de justiça fiscal.

É usual distinguirem-se os impostos em impostos pessoais e impostos reais, conforme se refira a uma pessoa ou coisa.

Essa divisão, entretanto, não é uma classificação jurídica, não se baseia em critério jurídico. Já vimos que o crédito do imposto se funda sempre em uma obrigação pessoal, pois a lei, ao tributar, sempre obriga um determinado sujeito vinculado ao fato gerador, que se chama contribuinte ou responsável. A pessoa do contribuinte pode ser designada diretamente (exemplo no imposto de renda) mas o que é tributado é o rendimento; ou de uma maneira indireta quando a lei tributa a prática de atos pelas pessoas (exemplo no ICMS), ou ainda se refira ao indivíduo pôr ele ser o proprietário ou possuidor de determinados bens (imposto predial e territorial).

Em qualquer caso, sempre o estado tomo como contribuinte a pessoa que é responsável pela situação tipificada ou titular de direitos e obrigações e ela responderá pelo imposto não só com o bem que tenha sido alcançado, mas com toda sua fortuna (a pessoa física com todos os seus bens, a pessoa jurídica, também com todos os seus bens, tudo dentro do alcance do instituto da responsabilidade fiscal). Compare art. 184 do CTN.

Outra distinção usual é a de imposto direto e imposto indireto e esta distinção tem relevância dentro do sistema tributário.

O imposto direto tem a virtude de poder graduar diretamente a soma devida pôr um contribuinte, de conformidade com sua capacidade contributiva. Exemplo típico de imposto direto é o imposto sobre a renda pessoal.

O imposto indireto, diferentemente, liga o ônus tributário a um evento jurídico ou material e não dispõe de um parâmetro direto para apurar a capacidade econômica do contribuinte. Somente de modo teórico e genérico poderá graduar a tributação por meio do sistema *ad valorem* e em razão de índices de capacidade econômica. Já a personalização ou adequação pessoal da carga tributária em cada caso específico não se pode obter por meio do imposto indireto. Citemos alguns exemplos para facilitar a compreensão: são impostos indiretos, entre outros, o IPI e o ICMS, o imposto de importação etc.

Se um indivíduo comprar uma mercadoria, seja abastado ou pobre, pagará o mesmo *quantum*, todavia, mediante certas categorias da técnica de tributação, o legislador procura corrigir esses aspectos por meio de não incidências, isenções, imunidades ou graduação das alíquotas de incidências, como vimos, em razão da natureza e destinação dos produtos e mercadorias.

Portanto, tratando-se de imposto, o estado não precisa criar nenhum serviço, nem dispor de qualquer atividade especial para oferecer ao contribuinte em troca do que este irá pagar, pois não há, no imposto, a contrapartida que se encontra na taxa. Basta que a pessoa jurídica de direito público tenha competência, crie o imposto por lei, naturalmente escolhendo, em boa técnica, as situações que revelem, direta ou indiretamente, capacidade contributiva.

A despeito de serem múltiplas as definições de imposto em nível de uma teoria geral, não é menos certo, todavia, que em todas essas definições estão sempre presentes algumas características comuns, o que nos permite inferir que neles reside a essência dessa modalidade impositiva.

3.5.5. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Tributo estadual cobrado nas operações efetuadas por produtores industriais, comerciantes e nas tarifas de serviços. Uma parcela da arrecadação é destinada ao município. Estão excluídos os produtos industrializados destinados à exportação e os gêneros de primeira necessidade mencionados em lei.

Segundo BASTOS,

O Imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestação de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, de competência dos Estados, tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior

O texto acima deixa claro que o ICMS incide sobre operações relativas a circulação de mercadorias, sobre a prestação dos serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e sobre a prestação de serviços de comunicação. Assim, o vocábulo “operações” vem à tona como a palavra-chave, a pedra de toque do comando constitucional, e foi empregado na acepção de atos produtores de efeitos jurídicos.

Da mesma forma, deve-se entender que o vocábulo “circulação” está aqui empregado no sentido jurídico de mudança de titularidade e não no sentido de simples movimentação física do bem. Por óbvio, a operação relativa à circulação de mercadorias só se aperfeiçoa quando ocorre a mudança de proprietário. Quando ao termo “mercadoria”, o entendimento predominante é o de que lhe é atribuído o sentido de designação genérica dada a toda coisa móvel que possa ser objeto de comércio. (BASTOS, 1995, p. 257)

3.5.6. Código Tributário Nacional

Define como:

a) Remissão

A remissão, conforme artigo 172 do Código Tributário Nacional, é uma forma de extinção do crédito tributário por motivos considerados relevantes pelo legislador e supervenientes ao nascimento da obrigação tributária, podendo ser, também, posterior ao lançamento do crédito tributário.

Na remissão ocorre o fato gerador e nasce a obrigação tributária, deixando o sujeito passivo de cumprir a sua obrigação de pagar o tributo. Assim, a regra-matriz

tributária produz todas as suas conseqüências jurídicas, sem qualquer interferência de uma norma jurídica acessória ou complementar para modifica-las.

Descumprida a norma tributária principal, uma norma jurídica derogatória vai prever determinada situação de fato que propiciará o cancelamento ou perdão ou remissão da obrigação ou do crédito tributário.

Das lições carreadas se depreende que a remissão atinge apenas o tributo devido, enquanto, a anistia atinge as penalidades.

b) "*In verbis*" artigo 175.

Excluem o crédito tributário:

- I. a isenção;
- II. anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.

c) "*In verbis*", artigo 180.

A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente a vigência da Lei que a concede, não se aplicando:

I - Aos atos qualificados em Lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiros em benefício daquele;

II - Salvo disposição em contrário, as infrações resultantes de conluio entre duas pessoas naturais ou jurídicas.

d) "*In verbis*", artigo 181. A anistia pode ser concedida:

- I – Em caráter geral;

II – Limitadamente:

- a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
- b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
- c) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares;
- d) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

e) *"In verbis", artigo 182.*

A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho de autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova de preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

3.6. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Em seu artigo 150, parágrafo 6º dispõe sobre.- qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária, só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.

Toda e qualquer renúncia de receita deverá estar acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício a que se refere e nos dois seguintes. Essa exigência não inovou a ordem jurídica, posto que o citado artigo 165, parágrafo 6º da CF, já exigia que a Lei Orçamentária contivesse o demonstrativo do efeito dos benefícios fiscais sobre receitas e despesas.

3.7. A LEI COMPLEMENTAR 101 DE 04 DE MAIO DE 2000, publicada no DOFC de 05/05/2000.

Em nome da transparência, não somente exige o demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro (para deixar público o montante da renúncia, que favorece algum ou alguns indivíduos, empresas ou entidades), para o ano em que foi concedido, como também exige uma projeção desse impacto nos dois exercícios seguintes, para não prejudicar o futuro planejamento, e principalmente para obrigar o Administrador ou o Legislador a medir as conseqüências desse ato de renúncia de receita.

A renúncia de receita tributária poderá até gerar aumento de arrecadação, no entanto, o objetivo desse tipo de regime é fomentar o desenvolvimento, a geração de empregos, a minimização de problemas econômicos gerados pela política nacional e estadual.

Por outro lado, é certo que algumas das formas de renúncia (como a anistia e a remissão) penalizam aqueles contribuintes que pagam em dia os tributos, que suportam toda a carga tributária sem qualquer redução ou benefício. Enquanto outras (isenção e benefícios financeiros) implicam em tratamento diferenciado.

A renúncia de receita deve ser tratada como exceção à regra geral - a tributação integral, informada pelos princípios da generalidade e da igualdade. A opção pela renúncia é política, mas sua justificativa deverá ser jurídica (tributária) e financeira, em nome do desenvolvimento e do bem comum, deverá, portanto, reverter em prol da sociedade e não em favor de grupos ou indivíduo.

Conforme especifica MARTINS

Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só

poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

A imunidade não altera a concepção dominante nos tribunais, qual seja, a de que há quatro formas desonerativas, a saber imunidade, isenção, não-incidência e alíquota zero, além da anistia e remissão, a que se refere o § 6º, aquela apenas de multas e esta de tributo e pena, permanece a meu ver, a mesma inteligência pela qual na imunidade não nascem nem obrigação nem crédito tributário, por absoluta vedação constitucional; na não incidência não nascem ambos, por omissão legislativa ordinária; na isenção nasce a obrigação, mas não nasce o crédito, por vedação imposta pela lei complementar e veiculada por lei ordinária, na alíquota zero nascem ambos reduzidos a sua expressão nenhuma; na anistia nasce a obrigação que não se transforma em crédito tributário integral, e na remissão nasce a obrigação, sendo excluído o crédito por inteiro. (MARTINS, 2000, p. 25)

3.7.1. Seção II; Da Renúncia de Receita

Segundo o art. 14 da Lei Complementar Federal 101 de 04 de Maio de 2000

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art.12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Parágrafo 1º- A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou

modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Parágrafo 2º- Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Parágrafo 3º- O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art.153 da Constituição, na forma do seu parágrafo primeiro;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

“De acordo com HACHMANN (2002, s/p): no Paraná, o Refis rendeu R\$ 35 milhões em imposto devido ao Tesouro Estadual. Somando-se os contratos de parcelamento, o volume de recursos chega a R\$ 75 milhões. Este valor equivale a 2,2% da dívida total do Estado, que soma R\$ 3.4 bilhões”.

3.8. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO PARANÁ

Visa, segundo o governo, tentar regularizar a situação do contribuinte perante o fisco estadual, facilitando sobremaneira ao devedor quitar seus débitos junto ao Estado e em contrapartida aumentar a arrecadação.

3.8.1. Decreto n.º 2.473 publicado no DOE de 25/08/2000

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Paraná – REFIS/PR, destinado a promover a regularização de créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que reger-

se-á pelos termos, limites e condições deste decreto, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei n.º 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Convênios ICMS 31/00 e 36/00).

Art. 2º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do ICMS, lançados até 31 de dezembro de 1999, poderão ser parcelados em até 120 parcelas, mensais e sucessivas, mediante deferimento do Secretário de Estado da Fazenda, desde que o pedido seja protocolizado, em Agência de Rendas, até 29 de setembro de 2000 (Convênio ICMS 31/00).

O prazo de 31/12/1999 foi prorrogado para 31/07/2000 pela Resolução SEFA n.º 114/2000.

O prazo de 29/09/2000 foi prorrogado para 31/10/2000 (Resolução SEFA n.º 115/2000), para 31/11/2000 (Resolução SEFA n.º 125/2000) e para 13/12/2000 (Resolução SEFA n.º 135/2000).

3.8.2. Decreto n.º 6.302 de 18/09/2002

Art. 1º Fica dispensado o pagamento de juros e multas relacionados com débitos fiscais do imposto sobre Operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, nos percentuais abaixo indicados, desde que o pagamento do valor atualizado do imposto seja efetuado integralmente, com observância dos prazos a seguir estabelecidos (Convênio ICMS 98/02):

I- 100%, se recolhido até 30 de setembro de 2002;

O prazo de 30/09/2002 foi prorrogado para 31/10/2002 pelo art. 2º do decreto n.º 6.391 de 11/10/2002 (Convênio ICMS 116/02)

II- 90%, se recolhido até 31 de outubro de 2002;

III- 80%, se recolhido até 29 de novembro de 2002;

IV- 70%, se recolhido até 20 de dezembro de 2002;

3.8.3. Decreto n.º 6.303 de 18/09/2002

Art. 1º Os créditos Tributários inscritos em dívida ativa, até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 parcelas mensais e sucessivas, observando-se que:

I- Na hipótese de o sujeito passivo efetuar o pagamento integral do débito, devidamente atualizado, até 20 de dezembro de 2002, fica excluída a exigência integral da multa e dos juros;

Prorrogado o prazo para pagamento integral do débito de 31/10/2002 para 20/12/2002, pelo art. 1º do decreto n.º 6.730, de 17/12/2002.

II- caso o sujeito passivo opte pelo parcelamento do débito, que ensejará a dispensa da multa, o mesmo deverá ser formalizado, mediante requerimento protocolizado em Agência de Rendas até 20 de dezembro de 2002, ao Secretário de Estado da Fazenda ou à autoridade a quem este delegar competência para tal.

O prazo para protocolização do pedido de parcelamento foi prorrogado de 25/10/2002 para 31/10/2002, pelo art. 1º do Decreto n.º 6.488, de 31/10/2002 para 20/12/2002, pelo art. 1º do Decreto n.º 6.730 de 17/12/2002..

3.9. DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO

Abaixo apresentamos um demonstrativo da arrecadação de ICMS no período de 1998 a 2002, onde procuramos mostrar de uma maneira mais visual e para melhor entendimento, os efeitos da anistia fiscal na arrecadação do Estado do Paraná.

3.9.1. Arrecadação do Estado do Paraná

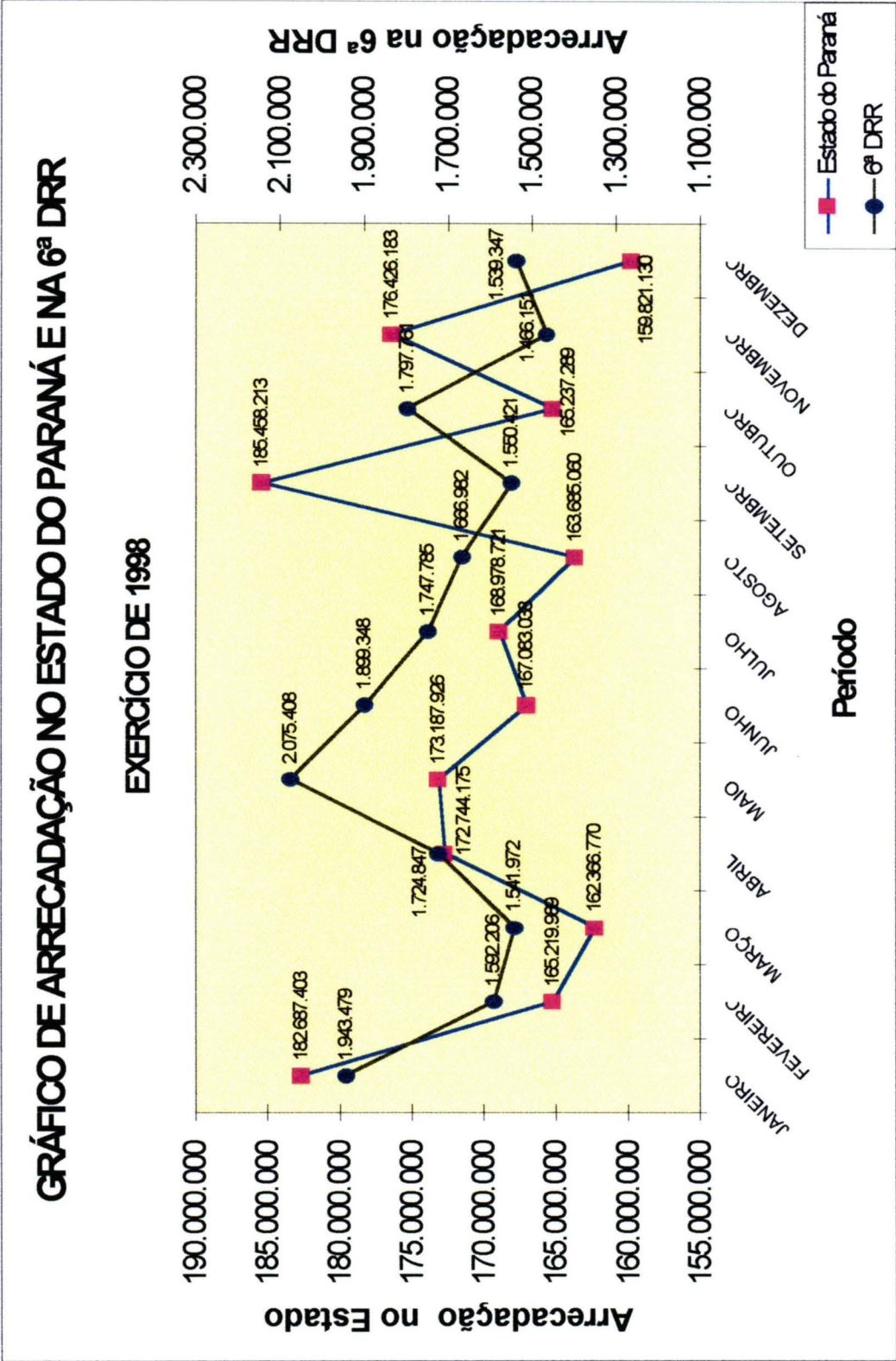
DEMONSTRATIVO DE ARRECADAÇÃO DE ICMS					
VALOR DA ARRECADAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ					
PERÍODO	1998	1999	2000	2001	2002
JANEIRO	182.687.402,69	174.667.288,53	207.024.724,02	204.167.384,73	215.659.541,27
FEVEREIRO	165.219.989,03	155.223.939,24	171.975.642,46	269.145.205,02	321.310.668,98
MARÇO	162.366.769,62	162.505.366,39	193.847.704,12	265.095.902,28	315.936.055,02
ABRIL	172.744.175,40	184.450.490,58	245.127.171,86	303.895.148,37	347.858.398,19
MAIO	173.187.925,62	179.932.266,47	229.483.652,07	291.947.462,69	350.726.083,71
JUNHO	167.083.038,09	176.746.030,75	224.504.402,39	289.582.151,45	344.073.007,58
JULHO	168.978.721,13	201.231.823,53	237.051.324,28	296.539.596,38	358.718.508,18
AGOSTO	163.685.059,80	183.944.753,67	241.812.364,64	283.604.741,60	370.965.822,75
SETEMBRO	185.458.213,25	196.496.734,02	299.944.058,69	381.866.420,30	388.154.014,30
OUTUBRO	165.237.288,95	209.840.280,62	271.734.406,36	319.739.286,19	388.596.878,36
NOVEMBRO	176.426.183,34	220.506.795,76	268.348.918,09	313.583.441,63	402.859.210,96
DEZEMBRO	159.821.129,90	211.770.663,33	378.045.565,60	430.431.434,36	402.873.530,10
FONTE SEFA-PR					

3.9.2. Arrecadação da 6ª DRR

DEMONSTRATIVO DE ARRECADÇÃO DE ICMS					
VALOR DA ARRECADÇÃO NA 6ª DRR					
PERÍODO	1998	1999	2000	2001	2002
JANEIRO	1.943.479,41	1.342.602,65	2.025.784,57	1.635.900,99	1.709.126,36
FEVEREIRO	1.592.206,18	1.258.904,12	1.915.597,90	1.335.973,49	1.765.637,14
MARÇO	1.541.972,04	1.487.937,18	1.974.979,85	1.361.481,93	1.867.945,53
ABRIL	1.724.846,74	2.343.336,54	1.774.393,09	1.866.573,30	1.861.426,11
MAIO	2.075.407,74	1.803.303,12	1.535.648,42	2.293.360,81	1.870.109,54
JUNHO	1.899.347,85	1.684.827,31	1.696.192,37	1.957.536,27	1.886.338,30
JULHO	1.747.785,13	1.894.745,07	1.621.447,13	1.735.056,21	2.050.380,36
AGOSTO	1.666.981,55	1.727.894,52	1.937.721,34	1.765.349,86	2.341.416,74
SETEMBRO	1.550.420,74	1.646.825,57	2.063.260,38	1.696.942,08	2.162.800,93
OUTUBRO	1.797.760,90	2.050.537,28	2.251.327,26	2.058.904,85	2.209.138,67
NOVEMBRO	1.466.150,87	1.820.448,31	1.699.348,45	1.848.090,89	2.272.731,49
DEZEMBRO	1.539.346,80	1.997.468,52	1.705.435,34	1.735.376,16	2.233.017,81

FONTE SEFA-PR

3.9.3. Gráficos da arrecadação.

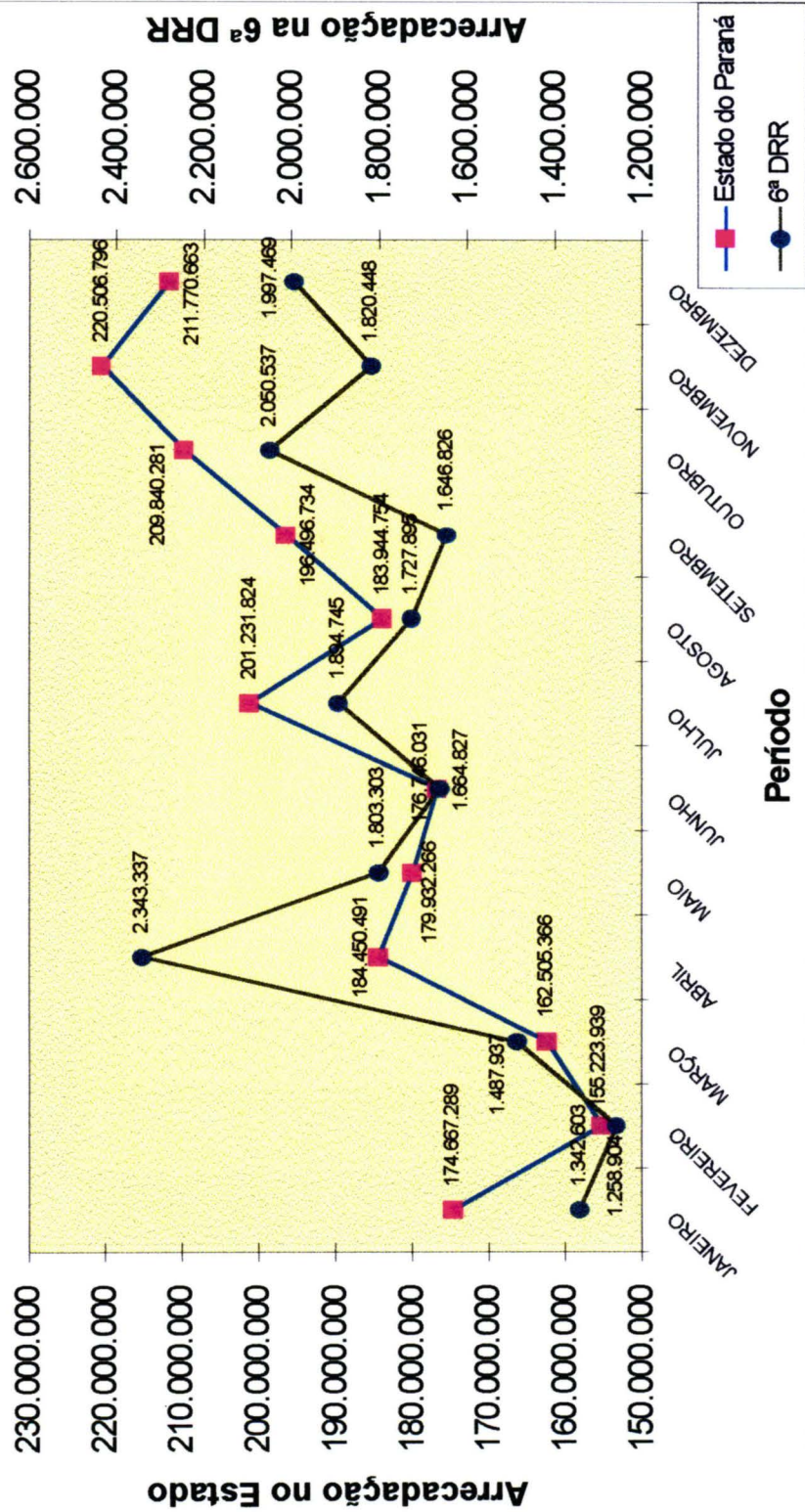


FONTE SEFA-PR

No Período de Janeiro a Dezembro de 1998, onde não ocorreu anistia de ICMS, observa-se que a arrecadação, tanto do Estado, como da 6ª DRR, mantiveram-se estáveis, onde o Estado manteve sua arrecadação entre R\$-159.821.129,90 e R\$-185.458.213,25 e a 6ª DRR uma arrecadação entre R\$-1.466.150,87 e R\$-2.075.407,74, variação esta devida a sazonalidade do mercado regional.

GRÁFICO DE ARRECADAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ E NA 6ª DRR

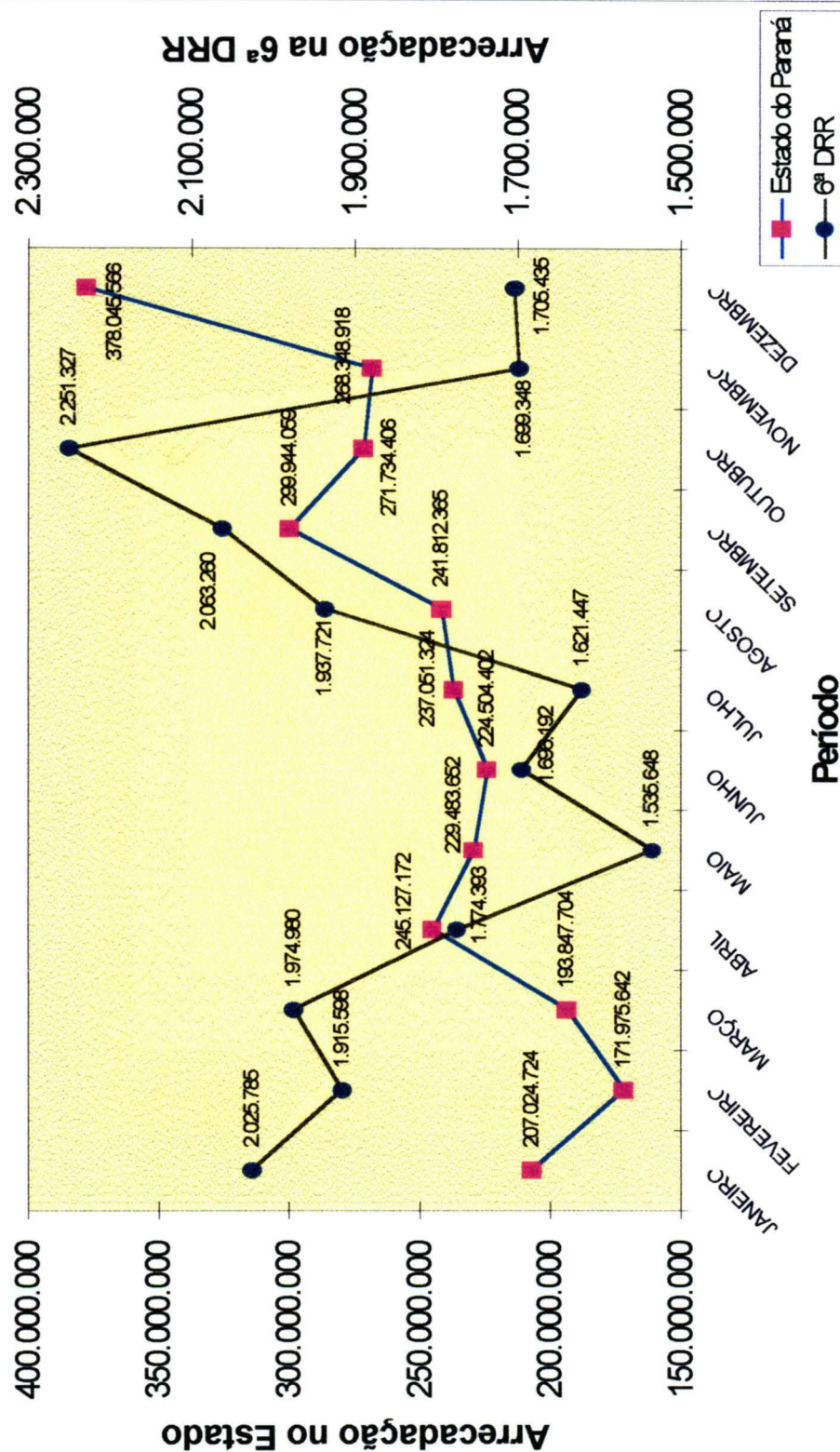
EXERCÍCIO DE 1999



FONTE SEFA-PR

No exercício de 1999, verifica-se na arrecadação estadual, um constante crescimento, tendo como pico mais alto o mês de Novembro, onde a arrecadação alcançou R\$-220.506.795,76, isto se deve principalmente ao aumento de contribuição de ICMS das empresas de indústria e comércio, que tiveram um grande desempenho no período, a isto acrescenta-se um repasse de ICMS incidente sobre energia elétrica na casa dos R\$-30.000.000,00.

GRÁFICO DE ARRECADAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ E NA 6ª DRR EXERCÍCIO DE 2000



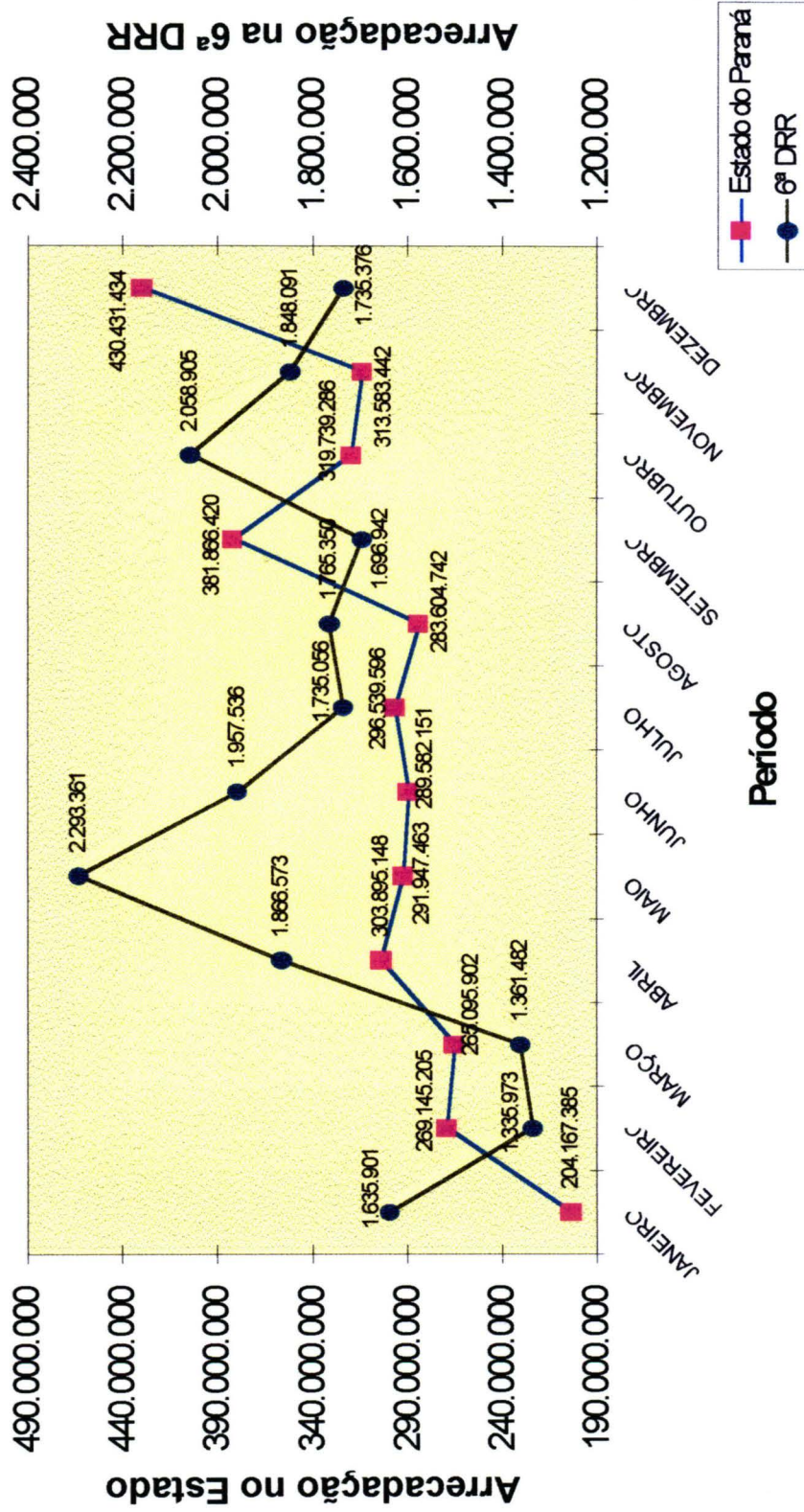
FONTE SEFA-PR

Com a instituição do Programa de Recuperação Fiscal do Paraná – REFIS/PR, através da publicação, em 28 de agosto de 2000, no Diário Oficial do Estado, do Decreto 2473/2000 (alterado pela Resolução SEFA nº 114/2000, 115/2000, 125/2000 e 135/2000), destinado a promover a regularização de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, onde os contribuintes poderiam parcelar créditos tributários lançados até 31 de julho de 2000, em até 120 parcelas mensais e sucessivas, tendo seu início de vigência a data de publicação deste Decreto e tendo como prazo final para adesão a data de 13 de Dezembro de 2000.

Verifica-se pelo gráfico, que houve um significativo aumento de arrecadação no período, passando de R\$-237.051.324,28 no mês de julho , para uma arrecadação de R\$-378.045.565,60 no mês de Dezembro.

Na arrecadação da 6ª DRR, verifica-se uma pequena queda na arrecadação durante o 1º semestre do ano, porém recuperando-se drasticamente no 2º semestre, principalmente no período compreendido pela anistia, onde a arrecadação alcançou no mês de outubro o montante de R\$-2.251.327,26, tendo no mês seguinte uma queda de 25%, mantendo-se estável até dezembro deste ano.

GRÁFICO DE ARRECADAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ E NA 6ª DRR EXERCÍCIO DE 2001

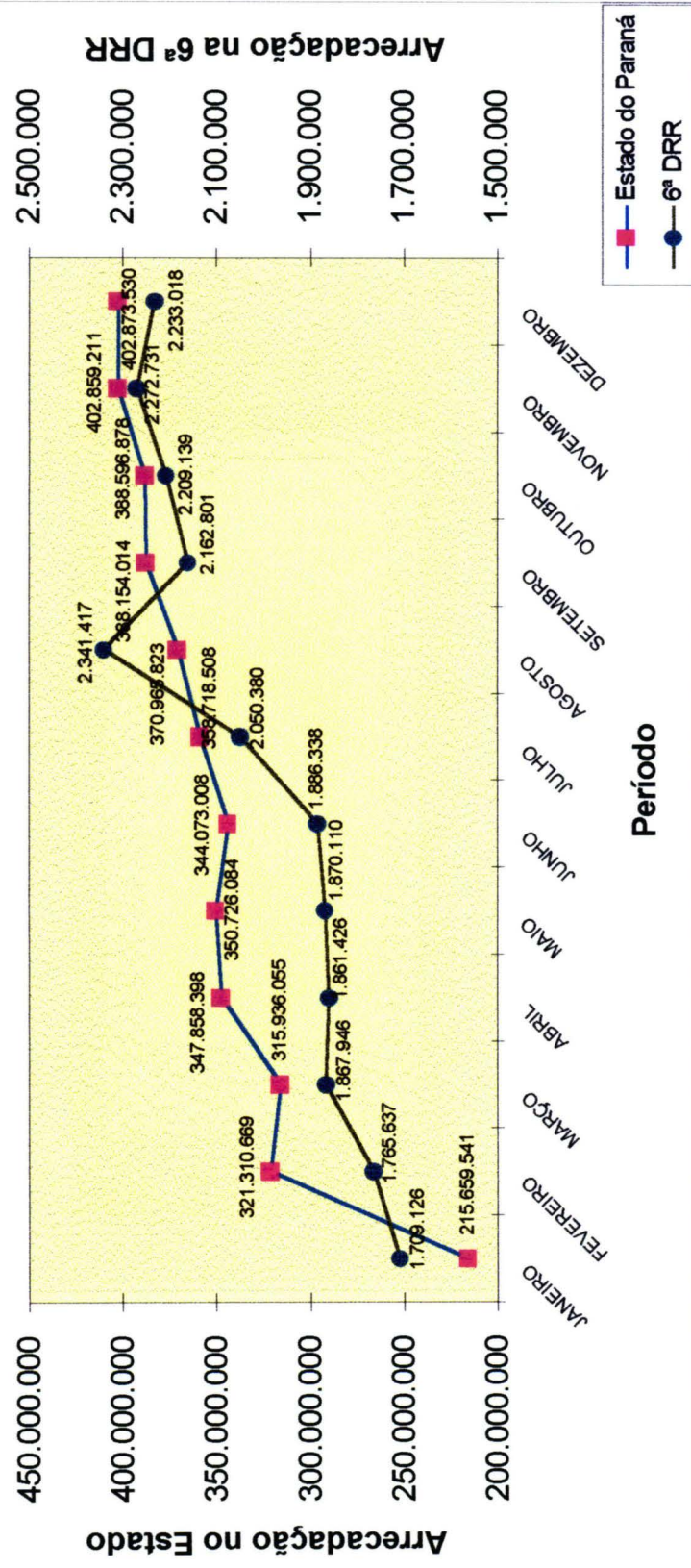


FONTE SEFA-PR

No exercício de 2001, não ocorreu nenhuma anistia e a arrecadação estadual manteve-se em constante crescimento, passando de uma arrecadação no Mês de janeiro de 2001, num montante de R\$-204.167.354,73, para uma arrecadação no mês de dezembro de R\$-430.431.434,36 de ICMS arrecadado.

Na arrecadação da 6ª DRR, observa-se um crescimento mais sazonal, tendo períodos de altas e períodos de baixa arrecadação, com o pico acontecendo no mês de Maio, onde houve um aumento na arrecadação de ICMS antecipado na casa dos R\$-800.000,00.

GRÁFICO DE ARRECADAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ E NA 6ª DRR
EXERCÍCIO DE 2002



FONTE SEFA-PR

Com a entrada em vigor do Decreto 6.302/2002, publicado no DOE de 18/09/2002 (alterada pelo Decreto 6.391/2002), que concedeu a dispensa do pagamento de juros e multas relacionados com débitos fiscais do Imposto sobre Operação Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, decorrentes de fatos gerados ocorridos até 30 de Junho de 2002, verifica-se observando o gráfico acima que durante a anistia que compreendeu o período de 18 de setembro de 2002 a 20 de dezembro de 2002, o Estado do Paraná manteve a sua arrecadação em constante crescimento, obtendo um pequeno aumento no período da anistia, porém nada relevante, visto que a arrecadação vinha crescendo mês a mês, independentemente da anistia aplicada.

A 6ª DRR também obteve no período, um leve crescimento na arrecadação, porém como na arrecadação Estadual não houve um aumento significativo, visto que a arrecadação também estava em constante elevação mesmo antes da entrada em vigor do Decreto 6.302/2002.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos iniciais, consideramos que as anistias tornam os contribuintes relapsos em seus deveres e obrigações, beneficiando somente os maus pagadores, os quais ficam sempre à espera de novas anistias, o que está virando práticas freqüentes dos governos estaduais e federais.

Portanto, as anistias não trazem prejuízos aos cofres públicos por não anistiar o original (tributo principal), mas sim, os acessórios (multas, juros e atualizações).

Com o passar do desenvolvimento dos estudos, consideram difíceis as análises do ponto de vista financeiro do Estado, pois o incremento na arrecadação momentaneamente ajuda a cumprir os gastos com obras e pessoal.

Do ponto de vista dos que pagaram em dia os impostos, há uma revolta, pois aqueles que não pagaram concorreram deslealmente, em termos de custos das mercadorias negociadas.

Pela análise da insatisfação do auditor fiscal, que efetuou o trabalho de fiscalização, dedicando meses para a correta identificação das irregularidades, tem-se a sensação de que o trabalho executado, nada ou pouco valeu.

Porém, há muitos contribuintes honestos que por má gerência ou pela própria concorrência desleal dos sonegadores, não conseguiam efetuar os recolhimentos dos impostos devidos. Estes com o benefício da anistia ou remissão, conseguiram saldar seus débitos fiscais com o Estado, podendo praticar atos que com os débitos, estavam impossibilitados.

Analisando também, o fato do Brasil adotar uma tributação, com alíquotas altas e número de tributos exagerados, onde o Governo já inclui que uma grande parcela será sonegada.

De acordo com as considerações efetuadas, acredita-se que o Governo deveria premiar o bom pagador e não o mau, mas as análises devem ser efetuadas por cada cidadão, das atitudes tomadas pelos governantes eleitos.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**. 3ª ed. Forense. Rio de Janeiro, 1971.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1991.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 4ª ed. Saraiva. São Paulo, 1995.

BRASIL, Lei 5.172/66, **Código Tributário Nacional**. 1ª Edição – 1976. Organizado pela equipe da “Vox Legis”, Sugestões Literárias S/A.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Editora Revista dos Tribunais. 4ª edição, 2002, p 309 a 352.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Editora Revista dos Tribunais. 4ª edição, 2002, p 01 a 120.

BRASILIA. **Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000**, Congresso Nacional

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Malheiros, 1999.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2000.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Teoria Geral do Tributo e da Exoneração Tributária**. São Paulo: RT, 1992.

DECRETOS

ENCYCLOPÉDIA Britânica do Brasil Publicações Ltda. CD-ROM. 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O Dicionário da Língua Portuguesa**. Século XXI, 3ª Edição, 1999. Rio de Janeiro/RJ. Editora Nova Fronteira.

HACHMANN, Carla. Publicado em 22/10/2002,

(<http://www.jhoje.com.br/221002/1401.htm>) e consulta em 16/12/2002,

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário: uma introdução**. Atlas. São Paulo. 1980.

JÚNIOR, Tércio Sampaio Ferraz. **Remissão e Anistia Fiscais**, in Revista de Direito Tributário n. 70, p.80-83.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade Pública**. Teoria e Prática. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1998.

LEAL, Rodolfo. **Direito Tributário – Teoria e Prática**. 2ª ed. Editora Led, 1998.

MARTINS, Ives Granda Silva da. **Curso de Direito Tributário**. 7ª ed. Saraiva. São Paulo, 2000.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. **Compêndio de Direito Tributário**. 2ª ed. Vol. 2. Forense. Rio de Janeiro. 1994.

MORAES, Bernardo Ribeiro de. **Compêndio de Direito Tributário**. 5ª ed. Vol.1. São Paulo: Forense, 1996.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. 15ª ed. Saraiva. São Paulo, 1999.

NOGUEIRA, Ruy Barbosa. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo, 1976.

PARANÁ, decreto 2.473; publicado no DOE de 25/08/2000.

PARANÁ. Constituição Estadual.

ROSA, Dênerson Dias. Publicado em 08/07/200, (<http://www.e-juridico.com.br/noticias>) pesquisado em 11/08/2003.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. Editora Del Rey. Belo Horizonte. 2001.

SCHOUERI, Eduardo Luiz. **Direito Tributário**. Vol. 1. Editora Quatier Latin do Brasil. São Paulo. 2003.

SEABRA, Antonio Luiz Bandeira. **Tributos, Contribuições e Taxas**. Vol. 1. Syslook Editora. Leme – São Paulo. 2002.

SOARES, Carlos Dalmiro da Silva. S/data publicação.

(<http://www1.jus.com.br/doutrina>), pesquisado em 11/08/2003.

6. ANEXOS

ANEXO – I – DECRETO Nº 2.473 – DOE DE 25 DE AGOSTO DE 2000

DECRETO N. 2.473

Publicado no DOE de 25.08.2000

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Paraná – REFIS/PR, destinado a promover a regularização de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, que reger-se-á pelos termos, limites e condições deste decreto, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Convênios ICMS 31/00 e 36/00).

Art. 2º Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do ICMS, lançados até 31 de dezembro de 1999, poderão ser parcelados em até 120 parcelas, mensais e sucessivas, mediante deferimento do Secretário de Estado da Fazenda, desde que o pedido seja protocolizado, em Agência de Rendas, até 29 de setembro de 2000 (Convênio ICMS 31/00).

O prazo de 31.12.99 foi prorrogado para 31.07.2000 pela Resolução SEFA n. 114/2000.

O prazo de 29.09.2000 foi prorrogado para 31.10.2000 (Resolução SEFA n. 115/2000), para 30.11.2000 (resolução SEFA n. 125/2000) e para 13.12.2000 (Resolução SEFA n. 135/2000).

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo:

a) não se aplica a parcelamento em curso, adimplente, em 26.04.2000;

- b) o valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 1999, nem a R\$ 100,00 (cem reais);
- c) o vencimento da primeira parcela ocorrerá em 31 de outubro de 2000, e as demais até o último dia útil dos meses subseqüentes.

O vencimento da primeira parcela foi prorrogado conforme as prorrogações concedidas para a protocolização dos pedidos de parcelamentos concedidos pelas Resoluções SEFA n. 115/2000, 125/2000 e 135/2000.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e, da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução, por solicitação da Delegacia da Receita, até a quitação do parcelamento.

§ 3º O crédito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

- a) até a data do deferimento do pedido de parcelamento, aos acréscimos previstos na legislação;
- b) a partir do mês subseqüente ao do deferimento, a juros correspondentes à proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sobre o saldo devedor;
- c) a juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nas alíneas anteriores.

§ 4º O pedido de parcelamento implica:

a) confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;b) expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

§ 5º Implica revogação do parcelamento:

a) a inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

b) o descumprimento das condições previstas no acordo.

§ 6º A revogação do parcelamento importará exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios deste artigo apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo que as quantias não pagas serão inscritas em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 7º Para os efeitos do disposto na alínea “a” do § 5º, serão considerados todos os estabelecimentos situados neste Estado:

a) da empresa beneficiária do parcelamento;

b) de empresa cujo titular ou sócio também seja titular ou sócio da empresa beneficiária do parcelamento.

§ 8º Os parcelamentos em curso, de que trata a alínea “a” do § 1º, poderão ser reparcelsados e ter o seu número de parcelas vincendas ampliadas em até 20% (vinte por cento), ficando sujeitos aos mesmos critérios estabelecidos neste decreto.

Art. 3º Fica dispensado o pagamento de multa e juros relacionados com créditos tributários, devidos em decorrência da legislação do ICMS, lançados até 31 de dezembro de 1999, desde que o pagamento do imposto, monetariamente atualizado, seja efetuado integralmente até 29 de setembro de 2000 (Convênio ICMS 36/00).

*O prazo de 31.12.99 foi prorrogado para 31.07.2000 pela Resolução SEFA n. 114/2000.
O prazo de 29.09.2000 foi prorrogado para 31.10.2000 (Resolução SEFA n. 115/2000), para 30.11.2000 (resolução SEFA n. 125/2000) e para 13.12.2000 (Resolução SEFA n. 135/2000).*

§ 1º Aos que procurarem espontaneamente a repartição fazendária, até 29 de setembro de 2000, para, mediante requerimento, reconhecer infração relativa a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 1999, será estendido, no que couber, o disposto no “caput”.

*O prazo de 31.12.99 foi prorrogado para 31.07.2000 pela Resolução SEFA n. 114/2000.
O prazo de 29.09.2000 foi prorrogado para 31.10.2000 (Resolução SEFA n. 115/2000), para 30.11.2000 (resolução SEFA n. 125/2000) e para 13.12.2000 (Resolução SEFA n. 135/2000).*

§ 2º Aos créditos tributários em que não haja exigência de ICMS ou de sua atualização monetária, fica autorizada a Coordenação da Receita do Estado a proceder os cancelamentos correspondentes.

§ 3º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 4º O Secretário de Estado da Fazenda, através de resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata o presente decreto.

Art. 5º Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado, mediante resolução, a alterar os prazos estabelecidos neste Decreto.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 24 de agosto de 2000, 179º da Independência e 112º da República.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Giovani Gionédis
Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Divanir Braz Palma
Deputado Estadual

ANEXO – II – LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 DE 04 DE MAIO DE 2000

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

-
-
-
-
-

SEÇÃO II

Da Renúncia de Receita

Art 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou condições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

- I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;
- II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

ANEXO – III – DECRETO Nº 6.301 DE 18 DE SETEMBRO DE 2002

DECRETO N. 6.301

Publicado no DOE de 18.09.2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a reativação, uma única vez, do parcelamento de que trata o art. 2º do Decreto n. 2.473, de 24 de agosto de 2000, desde que o contribuinte efetue o pagamento, até o dia 30 de novembro de 2002, de todas as pendências que ocasionaram a rescisão, inclusive as existentes até a data do pedido de reativação, observado o disposto em Resolução do Secretário da Fazenda (Convênio ICMS 96/02).

Parágrafo único. As parcelas a vencer não poderão ser alteradas nem estendidas em função da reativação prevista no "caput", permanecendo inalteradas as condições iniciais assumidas pelo contribuinte.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º.11.2002.

Curitiba, 17 de setembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

Jaime Lerner

Governador do Estado

Ingo Henrique Hübert

Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

ANEXO – IV – DECRETO Nº 6.302 DE 18 DE SETEMBRO DE 2002

DECRETO N. 6.302
Publicado no DOE de 18.09.2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensado o pagamento de juros e multas relacionados com débitos fiscais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, nos percentuais abaixo indicados, desde que o pagamento do valor atualizado do imposto seja efetuado integralmente, com observância dos prazos a seguir estabelecidos (Convênio ICMS 98/02):

I - 100%, se recolhido até 30 de setembro de 2002;

O prazo de 30.09.2002 foi prorrogado para 31.10.2002 pelo art. 2º do Decreto n. 6.391, de 11.10.2002 (Convênio ICMS 116/02).

II - 90%, se recolhido até 31 de outubro de 2002;

III - 80%, se recolhido até 29 de novembro de 2002;

IV - 70%, se recolhido até 20 de dezembro de 2002.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, deverá ser anexado o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

§ 3º Os créditos tributários de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidades pecuniárias, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de junho de 2002, poderão ser liquidados, com redução de 70% do seu valor atualizado, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 20 de dezembro de 2002.

§ 4º As reduções no valor da multa de que trata este artigo não será cumulativa com as previstas no parágrafo único do art. 40 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, devendo ser observado em tal caso o que for mais benéfico ao sujeito passivo.

Art. 2º Os débitos fiscais relativos ao ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 30 de junho de 2002, poderão ser parcelados em até 120 parcelas, mediante requerimento, protocolizado em Agência de Rendas até 31 de outubro de 2002, ao Secretário de Estado da Fazenda ou à autoridade a quem este delegar competência para tal.

O prazo para protocolização do pedido de parcelamento foi prorrogado de 25.10.2002 para 31.10.2002, pelo art. 1º do Decreto n. 6.488, de 31.10.2002.

§ 1º O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 31 de outubro de 2002 e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes, sendo que o não pagamento dessa implica renúncia ao parcelamento.

§ 2º Considera-se débito fiscal a soma do imposto, das multas, da atualização monetária e dos juros de mora.

§ 3º O débito fiscal objeto do parcelamento:

a) sujeitar-se-á:

1. até a data do deferimento do pedido, aos acréscimos previstos na legislação;
2. a partir do mês subsequente ao do deferimento, a juros correspondentes à proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;
3. a juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nos itens anteriores;

b) será pago em parcelas mensais e sucessivas, que não poderão ser inferiores a 0,5% do faturamento médio mensal do exercício imediatamente anterior, nem a 1/120 do valor do débito, nem a R\$ 100,00;

c) tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído, também, com o comprovante do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, além da prova de garantia do débito.

§ 4º O pedido de parcelamento implica:

- a) confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;
- b) expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

§ 5º Implica rescisão do parcelamento:

- a) a inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;
- b) o descumprimento das condições estabelecidas neste decreto e no Termo de Acordo de Parcelamento.

§ 6º Para efeito do disposto na alínea "a" do parágrafo anterior, serão considerados todos os estabelecimentos, situados neste Estado, da empresa beneficiária do parcelamento.

§ 7º A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive juros e multa, prevalecendo os benefícios previstos neste decreto apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 8º Fica autorizada a reativação, uma única vez, do parcelamento rescindido na forma do parágrafo anterior, desde que o contribuinte efetue o pagamento de todas as pendências que ocasionaram a rescisão, inclusive as existentes até a data do pedido de reativação, em até sessenta dias após a perda do parcelamento.

§ 9º As parcelas a vencer não poderão ser alteradas nem estendidas em função da reativação prevista no parágrafo anterior, permanecendo inalteradas as condições iniciais assumidas pelo contribuinte.

Art. 3º Os benefícios previstos neste Decreto não são cumulativos com os concedidos com base na Lei n. 13.798, de 12 de setembro de 2002, e no Convênio ICMS 96/02.

Art. 4º O Secretário de Estado da Fazenda, através de Resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata este decreto.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10.09.2002, em relação aos arts. 1º a 4º e da data da publicação em relação a este artigo.

Curitiba, 17 de setembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Ingo Henrique Hübert
Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

ANEXO – V – DECRETO Nº 6.303 DE 18 DE SETEMBRO DE 2002

DECRETO N. 6.303
Publicado no DOE de 18.09.2002

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual e considerando o disposto na Lei n. 13.798, de 12 de setembro de 2002,

DECRETA

Art. 1º Os créditos tributários inscritos em dívida ativa, até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não, poderão ser pagos em parcela única ou em até 120 parcelas mensais e sucessivas, observando-se que:

I - na hipótese de o sujeito passivo efetuar o pagamento integral do débito, devidamente atualizado, até 20 de dezembro de 2002, fica excluída a exigência integral da multa e dos juros;

Prorrogado o prazo para pagamento integral do débito de 31.10.2002 para 20.12.2002, pelo art. 1º do Decreto n. 6.730, de 17.12.2002.

II - caso o sujeito passivo opte pelo parcelamento do débito, que ensejará a dispensa da multa, o mesmo deverá ser formalizado, mediante requerimento protocolizado em Agência de Rendas até 20 de dezembro de 2002, ao Secretário de Estado da Fazenda ou à autoridade a quem este delegar competência para tal.

O prazo para protocolização do pedido de parcelamento foi prorrogado de 25.10.2002 para 31.10.2002, pelo art. 1º do Decreto n. 6.488, de 31.10.2002 e de 31.10.2002 para 20.12.2002, pelo art. 1º do Decreto n. 6.730, de 17.12.2002.

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso II:

a) O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 20 de dezembro de 2002 e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes, sendo que o não pagamento dessa implica renúncia ao parcelamento;

O prazo para pagamento da primeira parcela foi prorrogado de 31.10.2002 para 20.12.2002, pelo art. 1º do Decreto n. 6.730, de 17.12.2002.

b) o valor da parcela não poderá ser inferior a 0,5% do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, no exercício de 2001, nem a R\$ 100,00;

c) tratando-se de crédito tributário ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído também com o comprovante de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, além da prova da garantia do débito;

d) exige-se para o deferimento do parcelamento a expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial para discussão do crédito tributário, que porventura tenha sido interposta pelo sujeito passivo;

e) os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, de conformidade com o número de parcelas deferidas ao sujeito passivo, nos seguintes percentuais:

1. em até 12 parcelas, com dispensa de 80% do valor dos juros;
2. entre 13 e 24 parcelas, com dispensa de 50% do valor dos juros;
3. entre 25 e 50 parcelas, com dispensa de 30% do valor dos juros;
4. entre 51 e 75 parcelas, com dispensa de 20% do valor dos juros;
5. entre 76 e 100 parcelas, com dispensa de 10% do valor dos juros;
6. de 101 a 120 parcelas, sem dispensa de juros.

§ 2º O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á:

- a) até a data do deferimento do pedido, aos acréscimos previstos na Lei n. 11.580/96, observado o disposto no inciso II e no parágrafo anterior;
- b) a partir do mês subsequente ao do deferimento, a juros correspondentes à proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sobre o saldo devedor;
- c) a juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nas alíneas anteriores.

§ 3º O pedido de parcelamento importa na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais.

§ 4º Implica rescisão do parcelamento:

- a) a inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do tributo devido relativamente aos fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;
- b) o descumprimento das condições previstas no Termo de Acordo de Parcelamento e neste decreto.

§ 5º A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive juros e multa, prevalecendo os benefícios previstos neste decreto apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

§ 6º Os parcelamentos que estejam em curso, relativos a crédito tributário inscrito em dívida ativa até 30 de junho de 2002, poderão ser rescindidos para que ocorra novo parcelamento nos termos deste decreto.

§ 7º Para os efeitos do disposto na alínea "a" do § 4º, serão considerados todos os estabelecimentos, situados neste Estado, da empresa beneficiária do parcelamento.

Art. 2º O disposto neste decreto não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 3º Fica a Coordenação da Receita do Estado autorizada a proceder ao cancelamento dos créditos tributários, inscritos em dívida ativa até 30 de junho de 2002, em que não haja exigência de tributo ou de sua atualização monetária.

Art. 4º Os benefícios previstos neste Decreto não são cumulativos com os concedidos com base nos Convênios ICMS 96/02 e 98/02.

Art. 5º O Secretário de Estado da Fazenda, através de resolução, estabelecerá os procedimentos administrativos para o processamento dos pedidos de parcelamento de que trata este decreto.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16.09.2002.

Curitiba, 17 de setembro de 2002, 181º da Independência e 114º da República.

Jaime Lerner

Governador do Estado

Ingo Henrique Hübert

Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho

Secretário de Estado do Governo

ANEXO – VI – RESOLUÇÃO SEFA Nº 102/2002 DE 17 SETEMBRO DE 2002

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESOLUÇÃO SEFA Nº 102/2002

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto 6.302, de 17 de setembro de 2002.

RESOLVE:

1. Estabelecer os procedimentos administrativos referentes ao parcelamento de débitos fiscais do Imposto sobre operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação – ICMS, decorrentes de fatos geradores ocorridos até junho de 2002.
2. O parcelamento poderá ser deferido, em até 120 (cento e vinte) parcelas, mensais e sucessivas, mediante deferimento do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, desde que o pedido, conforme modelo constante do Anexo Único desta Resolução, seja protocolizado em Agência de Rendas até 25 de outubro de 2002 e subscrito pelo contribuinte ou seu representante legal, devendo este último anexar cópia do instrumento de mandato.

2.1. para fins do disposto neste item:

- 2.1.1. considera-se débito fiscal a soma do imposto, das multas, da atualização monetária e dos juros de mora;
- 2.1.2. o valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, declarado por este, no exercício de 2001, nem a R\$-100,00 (cem reais);
- 2.1.3. o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 31 de outubro de 2002 e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes, sendo que o não pagamento dessa implica renúncia ao parcelamento;
- 2.1.4. tratando-se de débito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e, da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução, por solicitação da Delegacia Regional da Receita, até a quitação do parcelamento.

2.2. O pedido de parcelamento implica:

2.2.1. Confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

2.2.2. Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

2.3. O débito fiscal objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

2.3.1. Até a data do deferimento do pedido, aos acréscimos previstos na legislação;

2.3.2. A partir do mês subsequente ao deferimento, a juros correspondentes a proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP;

2.3.3. A juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nos subitens anteriores.

2.4. Implica rescisão do parcelamento;

2.4.1. A inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

2.4.1.1. para efeito deste subitem, serão considerados todos os estabelecimentos, situados neste Estado, da empresa beneficiária do parcelamento.

2.4.2. o descumprimento das condições estabelecidas no Termo de Acordo de Parcelamento e no Decreto nº 6.302/2002.

2.5. A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive multa e juros, prevalecendo os benefícios previstos neste decreto apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas.

3. Fica autorizada a reativação, de uma única vez, do parcelamento rescindido na forma do parágrafo anterior, desde que o contribuinte efetue o pagamento de todas as pendências que ocasionaram a rescisão, inclusive as existentes até a data do pedido de reativação, em até sessenta dias após a perda do parcelamento.

3.1. Para efeito deste item, as parcelas a vencer, não poderão ser alteradas nem estendidas em função da reativação prevista no parágrafo anterior, permanecendo inalteradas as condições iniciais assumidas pelo contribuinte.

4. O Disposto nesta Resolução, não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.
5. Caso o contribuinte não receba a Guia de Recolhimento do Estado do Paraná – GR-PR, por via postal, até a data de vencimento de cada parcela, deverá obtê-la em Agência de Rendas.

5.1. para os contribuintes cadastrados na AR-Internet, a GR-PR poderá ser obtida no endereço www.fazenda.pr.gov.br;
6. Para todos os efeitos legais o contribuinte estará em situação regular perante o fiscal estadual, relativamente aos débitos parcelados, somente após o pagamento da primeira parcela.
7. Os benefícios previstos nesta Resolução não são cumulativos com os concedidos com base na Lei 13.798, de 12 de setembro de 2002, e no Convênio ICMS 96/2002.
8. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10.09.02.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, em 19 de setembro de 2002.

INGO HENRIQUE HÚBERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

ANEXO – VII – RESOLUÇÃO SEFA Nº 103/2002 DE 17 SETEMBRO DE 2002

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESOLUÇÃO SEFA Nº 103/2002

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 13.798, de 12 de setembro de 2002, e no art. 5º do Decreto nº 6.303, de 17 de setembro de 2002.

RESOLVE:

1. Estabelecer os procedimentos administrativos referentes ao parcelamento de créditos tributários inscritos em dívida ativa até 30 de junho de 2002, ajuizados ou não,
2. O parcelamento poderá ser deferido, em até 120 (cento e vinte) parcelas, mensais e sucessivas, mediante deferimento do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, excluída a multa, desde que o pedido, conforme modelo constante do Anexo Único desta Resolução, seja protocolizado em Agência de Rendas até 25 de outubro de 2002 e subscrito pelo contribuinte ou seu representante legal, devendo este último anexar cópia do instrumento de mandato.

2.1. para fins do disposto neste item:

2.1.1. o valor das parcelas não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do faturamento médio mensal do estabelecimento do sujeito passivo, declarado por este, no exercício de 2001, nem a R\$-100,00 (cem reais);

2.1.2. os juros vencidos serão proporcionalmente dispensados, de conformidade com o número de parcelas deferidas ao sujeito passivo, nos seguintes percentuais:

- 2.1.2.1. em 12 parcelas, com dispensa de 80% do valor dos juros;
- 2.1.2.2. entre 13 e 24 parcelas, com dispensa de 50% do valor dos juros;
- 2.1.2.3. entre 25 e 50 parcelas, com dispensa de 30% do valor dos juros;
- 2.1.2.4. entre 51 e 75 parcelas, com dispensa de 20% do valor dos juros;
- 2.1.2.5. entre 76 e 100 parcelas, com dispensa de 10% do valor dos juros;
- 2.1.2.6. de 101 a 120 parcelas, sem dispensa dos juros.

2.1.3. o vencimento da primeira parcela ocorrerá em 31 de outubro de 2002 e as demais até o último dia útil dos meses subsequentes, sendo que o não pagamento dessa implica renúncia ao parcelamento;

2.1.4. tratando-se de crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios e, da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução, por solicitação da Delegacia Regional da Receita, até a quitação do parcelamento.

2.2. O pedido de parcelamento implica:

2.2.1. Confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

2.2.2. Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

2.3. O crédito tributário objeto do parcelamento sujeitar-se-á:

2.3.1. Até a data do deferimento do pedido, aos acréscimos previstos na Lei nº 11.580/1996, observado no disposto no item 2, subitem 2.1;

2.3.2. A partir do mês subsequente ao deferimento, a juros correspondentes a proporção mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, sobre o saldo devedor;

2.3.3. A juros de 1% ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo do contido nos subitens anteriores.

2.4. Implica rescisão do parcelamento;

2.4.1. A inadimplência, por três meses consecutivos ou não, do pagamento integral das parcelas, bem como do imposto devido relativamente a fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

2.4.1.1. para efeito deste subitem, serão considerados todos os estabelecimentos, situados neste Estado, da empresa beneficiária do parcelamento.

2.4.2. o descumprimento das condições estabelecidas no Termo de Acordo de Parcelamento e no Decreto nº 6.302/2002.

2.5. A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, inclusive multa e juros, prevalecendo os benefícios previstos no item 2 e subitens desta Resolução apenas proporcionalmente aos valores das parcelas pagas, sendo que as demais quantias não pagas serão inscritas em dívida ativa para cobrança judicial.

3. Os parcelamentos que estejam em curso, relativos a créditos tributários inscritos em dívida ativa ate 30 de junho de 2002, a pedido do contribuinte poderão ser rescindidos para que ocorra novo parcelamento nos termos do item e subitens anteriores.
4. O disposta nesta Resolução, não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.
5. Caso o contribuinte não receba a Guia de Recolhimento do Estado do Paraná – GR-PR, por via postal, até a data de vencimento de cada parcela, deverá obtê-la em Agência de Rendas;
 - 5.1. para os contribuintes cadastrados na AR-Internet, a GR-PR poderá ser obtida no endereço www.fazenda.pr.gov.br;
6. Para todos os efeitos legais o contribuinte estará em situação regular perante o fiscal estadual, relativamente aos débitos parcelados, somente após o pagamento da primeira parcela.
7. Os benefícios previstos nesta Resolução não são cumulativos com os concedidos com base no Convênio ICMS 96/02 E 98/02.
8. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16.09.02.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, em 19 de setembro de 2002.

INGO HENRIQUE HÚBERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA